



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

ALINY ALVES MOTA DE SOUSA

PRÁTICAS EDUCATIVAS NO REFEITÓRIO ESTUDANTIL: UM ESTUDO DE
CASO NO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ – CAMPUS FORTALEZA

FORTALEZA

2026

ALINY ALVES MOTA DE SOUSA

PRÁTICAS EDUCATIVAS NO REFEITÓRIO ESTUDANTIL: UM ESTUDO DE CASO
NO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ – CAMPUS FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós -
graduação em Educação Profissional e
Tecnológica ofertada pelo Instituto Federal de
Educação Ciências e Tecnologia do Ceará –
IFCE, como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre/Mestra em Educação
Profissional e Tecnológica.

Linha de pesquisa: Práticas Educativas em
Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Orientador: Prof. Dr. Nilson Vieira Pinto

FORTALEZA

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal do Ceará - IFCE
Sistema de Bibliotecas - SIBI

Ficha catalográfica elaborada pelo SIBI/IFCE, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S725p Sousa, Aliny Alves Mota de.

Práticas educativas no refeitório estudantil: um estudo de caso no instituto federal do ceará – campus fortaleza / Aliny Alves Mota de Sousa. - 2026.
85 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal do Ceará, Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Campus Fortaleza, 2026.

Orientação: Prof. Dr. Nilson Vieira Pinto.

Produto educacional: CARDS EDUCATIVOS.

1. Assistência estudantil. 2. Alimentação escolar. 3. Educação profissional e tecnológica. I. Título.

CDD 378.013

ALINY ALVES MOTA DE SOUSA

PRÁTICAS EDUCATIVAS NO REFEITÓRIO ESTUDANTIL: UM ESTUDO DE CASO
NO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ – CAMPUS FORTALEZA

Dissertação e Produto Educacional apresentados ao Programa de Pós - graduação em Educação Profissional e Tecnológica ofertada pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Ceará – IFCE como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Nilson Vieira Pinto, Dr.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE
(Orientador)

Patrícia Ribeiro Feitosa Lima, Dra.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE
(Examinadora Interna)

Roberta Oliveira da Costa, Dra.

Secretaria Estadual do Ceará – FormaCE
(Examinadora Externa)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, fonte de força, sabedoria e esperança, que me sustentou ao longo desta caminhada e tornou possível a realização deste sonho.

Aos meus pais, Edna e Wellington, por todo o amor, cuidado e incentivo constante à busca pelo conhecimento. Como primogênita e primeira da família a alcançar o mestrado, sinto-me profundamente honrada e realizada por esta conquista, que também pertence a vocês.

Ao meu esposo, Dmontier, pelo companheirismo, apoio incondicional e por acreditar no meu potencial. Sua presença foi essencial para que eu pudesse trilhar esse caminho com segurança, serenidade e confiança.

Às minhas amadas filhas, Ana Clara e Ana Sofia, por serem minha inspiração diária. Obrigada por compreenderem minhas ausências e por estarem ao meu lado em todos os momentos. Que esta conquista seja também um incentivo para que sigam, com coragem e determinação, os caminhos do conhecimento.

Ao meu estimado orientador, Prof. Nilson Vieira Pinto, expresso minha sincera gratidão pela atenção, carinho, sensibilidade e reconhecida competência com que conduziu esse percurso sempre pautada na escuta qualificada, serena e comprometida. Sua orientação foi essencial para o desenvolvimento desta pesquisa e para meu amadurecimento acadêmico.

A todos os professores do mestrado PROFEPT pela dedicação, pelo compromisso com a formação e pelos conhecimentos compartilhados ao longo do curso, fundamentais para a construção deste trabalho e para minha trajetória acadêmica.

Ao meu querido amigo Hamilton Viana Chaves pelo apoio, incentivo e disponibilidade ao longo dessa trajetória, contribuindo de forma significativa para que esse caminho ficasse mais leve.

À nutricionista Livianne Gomes da Silva, registro meu especial agradecimento pela colaboração e conversas ao longo desta caminhada, que contribuíram para ampliar minha compreensão sobre a alimentação e a nutrição, bem como para enriquecer as reflexões desta pesquisa.

Aos colegas de turma, pelas trocas de experiências, aprendizados compartilhados, momentos de descontração e apoio mútuo. Guardo com carinho as nossas partilhas, nossas vivências e amizades.

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si,
mediatizados pelo mundo”
(Freire, 1987)

RESUMO

Embora ainda pouco explorado sob uma perspectiva pedagógica, o Refeitório Estudantil configura-se como um ambiente potencialmente fecundo para o desenvolvimento de práticas educativas capazes de impactar diferentes dimensões do processo de aprendizagem. Este estudo teve como objetivo analisar o potencial do Refeitório Estudantil do IFCE *campus* Fortaleza como espaço educativo voltado à promoção de hábitos alimentares saudáveis entre estudantes do Ensino Médio Integrado. A fundamentação teórica foi organizada em quatro seções: 1. Política Nacional de Assistência Estudantil; 2. Política Nacional de Alimentação Escolar; 3. Práticas Educativas para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas; e 4. O Refeitório Estudantil do IFCE *campus* Fortaleza. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida no referido refeitório, com a participação de servidores e colaboradores terceirizados vinculados a esse espaço. A produção dos dados ocorreu por meio de análise documental, observação sistemática e entrevistas semiestruturadas, sendo os dados analisados à luz da técnica de análise de conteúdo, em perspectiva de triangulação. Os resultados evidenciaram quatro eixos analíticos que permitem compreender o refeitório para além de sua função operacional, destacando seu potencial como espaço educativo não formal, propício ao desenvolvimento de aprendizagens relacionadas à convivência, à cidadania e à construção de hábitos alimentares saudáveis. Conflitos, indisciplinas e práticas como desperdício e uso inadequado do ambiente foram interpretados como expressões de demandas educativas ainda não plenamente atendidas pela instituição. Ademais, foram identificadas tensões entre as funções técnico-administrativas e as expectativas educacionais atribuídas ao refeitório, indicando que, embora haja reconhecimento de seu valor formativo, limitações estruturais, como a escassez de recursos humanos e a sobrecarga de trabalho, dificultam a implementação de ações educativas sistemáticas. Destacou-se, ainda, o papel do refeitório na permanência estudantil, especialmente como espaço de garantia de segurança alimentar, ao mesmo tempo em que se evidenciam contradições nas práticas alimentares dos estudantes. Como desdobramento, os cards educativos, produto desta pesquisa, foram desenvolvidos como estratégia de intervenção, configurando-se como um recurso acessível e potencialmente eficaz para a promoção de práticas educativas no contexto da alimentação escolar, ao articular comunicação, sensibilização e cotidiano institucional.

Palavras-chave: Políticas públicas, Assistência estudantil, Alimentação escolar, Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

Although still little explored from a pedagogical perspective, the Student Cafeteria is configured as a potentially fruitful environment for the development of educational practices capable of impacting different dimensions of the learning process. This study aimed to analyze the potential of the Student Cafeteria at IFCE Fortaleza Campus as an educational space aimed at promoting healthy eating habits among Integrated High School students. The theoretical framework was organized into four sections: 1. National Student Assistance Policy; 2. National School Feeding Policy; 3. Educational Practices for the Promotion of Healthy Eating in Schools; and 4. the Student Cafeteria at IFCE Fortaleza Campus. This is a qualitative study conducted in the aforementioned cafeteria, with the participation of staff members and outsourced workers associated with this setting. Data were collected through document analysis, systematic observation, and semi-structured interviews, and were analyzed using content analysis within a triangulation approach. The results revealed four analytical axes that allow for an understanding of the The results revealed four analytical axes that allow the cafeteria to be understood beyond its operational function, highlighting its potential as a non-formal educational space conducive to the development of learning related to social interaction, citizenship, and the construction of healthy eating habits. Conflicts, indiscipline, and practices such as food waste and the inappropriate use of the environment were interpreted as expressions of educational demands not yet fully addressed by the institution. Furthermore, tensions were identified between technical-administrative functions and the educational expectations attributed to the cafeteria, indicating that, although its formative value is recognized, structural limitations, such as a shortage of human resources and work overload, hinder the implementation of systematic educational actions. The role of the cafeteria in student retention was also highlighted, particularly as a space that helps ensure food security, while contradictions in students' eating practices were also observed. As an outcome of the study, the educational cards—developed as its educational product—were designed as an intervention strategy, constituting an accessible and potentially effective resource for promoting educational practices in the context of school feeding by integrating communication, awareness-raising, and the institutional daily routine.

Keywords: Public policies; Student assistance; School feeding; Professional and Technological Education.

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

	Página
Tabela 1 Caracterização dos Participantes	37
Tabela 2 Valores discriminativos das pontuações e percentuais obtidos na validação do produto educacional	60
Figura 1 Foto panorâmica do Refeitório Estudantil	36
Figura 2 Etapas Constituintes da Pesquisa	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEI	Alimentação Escolar Inteligente
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CA	Centros Acadêmicos
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAE	Coordenadoria de Assistência Estudantil
CAES	Conselhos de Alimentação Escolar
CAESC	Coordenadoria de Alimentação Escolar
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológicas
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNAE	Comissão Nacional de Alimentação Escolar
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONEDU	Congresso Nacional de Educação
DCE	Diretório Central dos Estudantes
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
EIT's	Escolas Técnicas Federais
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Cear
IF's	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Cear
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
NAPNE	Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
NUGEDES	Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual
PAN	Programa de Alimentação e Nutrição do IFCE
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
REUNI	Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação
SISAE	Sistema Informatizado de Assistência Estudantil
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	12
2. OBJETIVOS	17
2.1 Objetivo geral	17
2.2 Objetivos específicos	17
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
3.1 A Política Nacional de Assistência Estudantil	18
3.2 A Política Nacional de Alimentação Escolar	25
3.3 Práticas educativas para uma alimentação saudável nas escolas	27
3.4 O refeitório estudantil do IFCE campus Fortaleza	30
4. MÉTODO	35
4.1 Tipo de estudo	35
4.2 Local da pesquisa	35
4.3 Participantes da pesquisa	37
4.4 Coleta de dados	38
4.5 Análise dos dados	41
4.6 Aspectos éticos	41
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	43
5.1 O Refeitório como espaço educativo de convivência social	42
5.2 Conflitos e indisciplinas como demandas educativas	46
5.3 Tensões entre funções administrativas/técnicas e expectativas educacionais	50
5.4 Percepções sobre alimentação e bem-estar dos estudantes	52
6. PRODUTO EDUCACIONAL	57
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	65
ANEXO A - Publicação da Fundamentação Teórica (E-Book)	70
ANEXO B - Aprovação do Comitê de Ética	71
APÊNDICE A - Roteiro da Observação Sistemática	79
APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista	81
APÊNDICE C - Produto Educacional – Cards Educativos	82
APÊNDICE D - Instrumento de Validação do Produto Educacional	84

INTRODUÇÃO

A educação e a alimentação são consideradas direitos sociais fundamentais, de acordo com a Constituição Federal de 1988. Mais especificamente em seu artigo 205, que definiu “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Além de a educação ser um direito social, a Carta Magna traz, como um dos princípios para o ensino, que este será ministrado em igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Brasil, 1988).

Sendo a educação um instrumento emancipatório e fundamental para o exercício da cidadania e outros direitos, a Política de Assistência Estudantil através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituída em 2010, estabeleceu que “serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente, estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita*, de um salário-mínimo e meio, sem prejuízo dos demais requisitos fixados pelas Ifes” (Brasil, 2010).

A lei 14.914 de 3 julho de 2024 institui a nova PNAES que será implementada de forma articulada com o ensino, pesquisa e extensão nas instituições federais de ensino superior e instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. A nova lei visa o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais de graduação e em cursos presenciais de educação profissional técnica de nível médio (Brasil, 2024).

Essa política social de garantia de direitos tem como objetivo reduzir as desigualdades sociais e viabilizar a igualdade de oportunidades a todos os estudantes contribuindo no desempenho da trajetória acadêmica. Com a nova aprovação, a PNAES deixa de ser um programa e passa a ser uma política de Estado. A PNAES oferece assistência à moradia estudantil, à alimentação, ao transporte, à saúde, à inclusão digital, à cultura, ao esporte, à creche, apoio pedagógico, acesso à aprendizagem e acompanhamento pedagógico de estudantes com deficiência, nos termos da legislação, com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades e superdotação e beneficiários de políticas de ações afirmativas estabelecidas na legislação. São ações de assistência estudantil integradas ao Programa de Assistência Estudantil (PAE), no qual se concede benefício direto ao estudante assistido pelo referido programa.

Outra importante política pública nas instituições escolares é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que “tem como objetivo contribuir para o crescimento e o

desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram suas necessidades nutricionais durante o período letivo” (PNAE, 2024). Com o PNAE, os alunos da rede pública de ensino têm a garantia de um alimento de qualidade e acessível a todos. Ademais, as refeições são produzidas com alimentos *in natura*, privilegiando a compra desses alimentos dos produtores rurais nas proximidades da escola e contribuindo para preservar a cultura culinária de cada região do país.

Nesse contexto, o IFCE *campus* Fortaleza, tem utilizado recursos provenientes do PNAES e PNAE para ofertar a alimentação escolar em todos os turnos de funcionamento. Tradicionalmente, esta política se materializa por meio da disponibilização de lanches (merenda escolar) nos períodos matutino, vespertino e noturno. Recentemente passou a incluir também a oferta do almoço. Atualmente, a distribuição das refeições ocorre no Refeitório Estudantil, inaugurado em março de 2023.

A Alimentação Escolar no IFCE *campus* Fortaleza constitui uma ação institucional consolidada ao longo do tempo, destinada ao atendimento dos estudantes. Essa iniciativa tem como objetivo contribuir com a segurança alimentar, promover condições adequadas de desenvolvimento nutricional e educacional, além de garantir condições mínimas de acesso a uma educação de qualidade.

Em período anterior à consolidação das diretrizes institucionais voltadas à promoção da alimentação adequada e saudável no âmbito da alimentação escolar do IFCE *Campus* Fortaleza, o cardápio ofertado, por vezes, não favorecia uma alimentação adequada em termos nutricionais, pois eram utilizados alguns alimentos industrializados e ultraprocessados, tais como biscoitos com gordura saturada e sucos com conservantes e corantes. No cenário atual, a utilização desses alimentos é proibida, sendo utilizados apenas em situações de extrema necessidade. Além disso, a implantação do refeitório estudantil foi mais um agregador no desenvolvimento dessa política educacional e social.

Durante décadas, um dos lanches mais consumidos pelos alunos na alimentação escolar e que gerava longas filas era o pão do tipo “hot dog” com salsicha ao molho de tomate, ofertado uma vez por mês na sexta-feira. Esta preparação era feita com ingredientes de baixa qualidade, contendo aditivos químicos, como por exemplo: o nitrato e nitrito de sódio presente na salsicha que funcionam como conservantes. No contexto atual, são utilizados os recheios a base de proteína de alta valor biológico como: frango, carne e ovos que são bem aceitos pelos discentes após a realização de atividades educativas de sensibilização quanto ao consumo de uma alimentação saudável por meio da condução da nutricionista responsável técnica.

Alguns estudantes possuem preferências alimentares por alimentos que contenham excesso de gordura e de açúcares, que são vendidos na cantina terceirizada do *campus*. A cantina funciona ao lado do setor de alimentação escolar, disponibilizando para venda muitas opções de alimentos processados e ultraprocessados, como sucos, salgadinhos “de pacote”, biscoitos recheados, doces e guloseimas. De certa maneira, isso contribui para a influência da formação e/ou manutenção de hábitos alimentares não saudáveis. Além do mais, alguns discentes preferem consumir esses tipos de alimentos na cantina a consumir os lanches saudáveis que são ofertados gratuitamente pelo setor de alimentação escolar.

Vale ressaltar que os hábitos alimentares saudáveis se estabelecem dentro de um contexto mais amplo nas práticas educativas. Dessa forma, outro problema vivenciado no *campus* de Fortaleza trata-se da cultura comportamental entre os estudantes que foi se estabelecendo no decorrer dos anos, como o excesso de descarte de alimentos não consumidos, extravio e danificação de utensílios, discussões motivadas por não respeitar o direito consuetudinário¹ da fila, gulodice. Todos esses atos são considerados comportamentos inadequados durante as refeições e que revelam modos e práticas educativas trazidas e mantidas pelo corpo discente que, de alguma forma, reflete os valores e conduta de nossa sociedade.

O refeitório estudantil é um ambiente de ensino que vai além de um simples espaço destinado à alimentação. Embora pouco explorado sob esta ótica pedagógica, constitui-se um ambiente propício ao desenvolvimento de práticas educativas que podem impactar em processos de aprendizagem nos mais diversos aspectos. Como ambiente educativo, inserido em uma instituição escolar, o refeitório estudantil pode ser aproveitado para promover a educação alimentar, desenvolvimento social, consciência sustentável, socialização e descanso dos alunos (Paulino, 2022).

Dada a sensibilidade do tema e sua mais recente e histórica implantação do Refeitório Estudantil, este estudo traz como questão norteadora: Quais são as potencialidades e limites do refeitório estudantil do IFCE *campus* Fortaleza como espaço educativo na promoção de hábitos alimentares saudáveis entre estudantes do ensino médio integrado?

A aproximação da pesquisadora com o objeto deste estudo decorre de sua trajetória acadêmica e profissional. Graduada em Letras e servidora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), no cargo de Assistente em Administração, atua há duas décadas no Campus Fortaleza, sendo os últimos 9 anos dedicados à Diretoria de Extensão. Embora sua formação inicial não esteja vinculada à área da Nutrição, a vivência institucional

¹ É o conjunto de normas jurídicas que derivam dos costumes e das práticas sociais reiteradas de uma comunidade, sem a necessidade de estarem formalmente escritas ou criadas por um poder legislativo.

proporcionou o acompanhamento das políticas de assistência estudantil, especialmente da alimentação escolar, despertando o interesse em compreender o potencial educativo desse espaço. O encontro da pesquisadora com o tema ocorreu a partir do contato cotidiano com estudantes, suas demandas pela implantação de um refeitório estudantil e os desafios relacionados à oferta da alimentação escolar evidenciaram que o refeitório extrapola sua função de fornecimento de refeições, constituindo-se também como um ambiente de convivência, aprendizagem e formação cidadã. Somou-se a essa vivência, a participação direta da pesquisadora na organização do refeitório estudantil, experiência que também motivou o desenvolvimento desta pesquisa, voltada à compreensão das práticas educativas que emergem nesse contexto e de sua contribuição para a promoção da alimentação saudável.

No período inicial de funcionamento do refeitório, a Diretoria de Extensão desempenhou papel central na organização e operacionalização da logística de acesso dos estudantes ao espaço. Esse processo foi conduzido por meio de cadastro manual, aliado à distribuição de senhas destinadas exclusivamente aos estudantes do Ensino Integrado em regime de contraturno na instituição. Posteriormente, foi implementado o *software* Alimentação Escolar Inteligente (AEI), o qual passou a contemplar o registro sistematizado dos estudantes e a geração de códigos QR para o controle de acesso ao refeitório. Além da gestão de sistemas de acessos, cabia também à Diretoria de Extensão o planejamento orçamentário necessário para atendimento da demanda estudantil, tanto no fornecimento dos lanches quanto na oferta do almoço.

Com a formalização da Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAE) no *campus* Fortaleza, em fevereiro de 2025, instituiu-se uma reorganização administrativa das atribuições relacionadas à gestão do refeitório, bem como de toda a assistência estudantil. A partir desse processo, a logística de acesso e a gestão do atendimento aos estudantes passaram a ser conduzidas pela CAE, em articulação com a Coordenadoria de Alimentação Escolar, unidades que atualmente são responsáveis pela coordenação e execução das atividades vinculadas ao funcionamento do refeitório.

Dessa forma, investigar as práticas educativas no Refeitório Estudantil e suas consequentes repercussões para uma alimentação saudável é também, avaliar a repercussão desta política institucional, prospectando estratégias educativas que possam colaborar com a formação humana e social destes estudantes, contribuir para o sistema organizacional desta ação institucional e, conseqüentemente, avaliar a minha intervenção/prática profissional.

Quanto à relevância institucional, considera-se que o estudo é fundamental para subsidiar e orientar as ações de planejamento no âmbito das políticas de alimentação e nutrição.

No que se refere à relevância científica, a pesquisa poderá contribuir com a produção de dados e evidências que fomentem investigações futuras na área, sobretudo por abordar uma temática ainda pouco explorada, além de inspirar novas propostas pedagógicas capazes de extrapolar os limites do espaço convencional da sala de aula. Em termos de relevância social, o estudo favorece a problematização e a reflexão crítica acerca dos hábitos alimentares e da comensalidade, entendida como o ato de comer em companhia, bem como de suas repercussões para as dinâmicas de sociabilidade no contexto escolar.

Por fim, a relevância na Educação em Saúde fundamenta-se na compreensão de que a alimentação é uma dimensão da saúde e da qualidade de vida, visto que a promoção da alimentação saudável constitui um processo educativo contínuo, construído de forma coletiva e compartilhada por toda a comunidade escolar. Ao favorecer o diálogo entre estudantes, nutricionistas, gestores e profissionais envolvidos na alimentação escolar, esta pesquisa contribui para o fortalecimento de uma cultura institucional de promoção da saúde, fortalecendo a formação integral dos estudantes e a consolidação de práticas educativas voltadas à construção de hábitos alimentares saudáveis.

A partir dos achados desta pesquisa, foi desenvolvido como produto educacional vinculado a esta dissertação, um conjunto de cards educativos que possam servir de material educativo divulgado nas redes sociais oficiais da instituição, contendo informações acessíveis e divertidas que promovam a reflexão ativa sobre os hábitos alimentares saudáveis e as práticas comportamentais no Refeitório Estudantil.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar o potencial do Refeitório Estudantil do IFCE *campus* Fortaleza como espaço educativo para a promoção de hábitos alimentares saudáveis entre estudantes do Ensino Integrado.

2.2 Objetivos Específicos

- Compreender o refeitório estudantil como espaço de convivência social e de produção de aprendizagens cotidianas, identificando suas possibilidades formativas;
- Identificar e analisar conflitos, tensões e situações de indisciplina presentes no cotidiano do refeitório, interpretando-os como demandas educativas e oportunidades de intervenção pedagógica;
- Investigar as percepções e experiências dos profissionais que atuam no refeitório acerca de suas funções administrativas/técnicas e das expectativas educacionais atribuídas a esse espaço;
- Examinar os significados atribuídos à alimentação escolar pelos sujeitos envolvidos, bem como suas relações com saúde, bem-estar e permanência estudantil;
- Elaborar e sistematizar cards educativos, fundamentados nos dados empíricos e referenciais teóricos da área, como estratégia pedagógica para fomentar práticas educativas e incentivar hábitos alimentares saudáveis no contexto do refeitório.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta fundamentação teórica foi avaliada e considerada pela Comissão Científica do XI Congresso Nacional em Educação (CONEDU) para publicação em *e-book* em 2026, sob o título: Políticas Públicas Educacionais de Assistência e Segurança Alimentar: convergências e divergências históricas e interseccionais (Anexo A).

Esta produção textual tem como objetivo versar sobre os marcos históricos, políticos e sociais que constituíram e constituem as políticas públicas nacionais de educação voltadas à assistência estudantil, com um direcionamento tensional para a política de alimentação escolar na Educação Básica, em especial, na Educação Profissional e Tecnológica.

3.1 A Política Nacional de Assistência Estudantil

A educação no Brasil no período colonial foi influenciada pelo escravismo e economia colonial através da relação metrópole-colônia. As iniciativas educacionais se deram através dos jesuítas voltadas mais para a catequese religiosa, à formação de quadros para a administração colonial e a manutenção das estruturas sociais existentes (Castro; Plácido; Medeiros, 2023).

Com a chegada da Família Real no Brasil em 1808, a educação recebeu uma atenção maior, com a criação de novas instituições educacionais e culturais que marcaram o início da história das escolas superiores no país. Em 1809, foi criado o Colégio das Fábricas, “que representa, em ordem cronológica, o primeiro estabelecimento que o poder público instalava em nosso país, com a finalidade de atender à educação dos artistas e aprendizes” (Fonseca, 1986, p. 102).

Também foram criadas a Academia Real da Marinha, em 1808; a Academia Real Militar, em 1810; as Escolas de Medicina a partir de 1808, na Bahia e no Rio de Janeiro; o Museu Real em 1818, bem como a vinda de intelectuais e artistas estrangeiros a partir de 1816 que influenciaram a criação da Escola Nacional de Belas Artes (Alves, 2009).

Com o advento da República em 1889, houve um grande desenvolvimento em várias escolas superiores atreladas ao crescimento econômico de algumas cidades, como por exemplo, as fundações da Universidade de Manaus, em 1909 vinculada à atividade econômica da borracha e da Universidade do Paraná, em 1912, vinculada ao ciclo do café (Tuffani, 2009).

O Decreto nº 7.566 de 1909 instituído pelo Presidente Nilo Peçanha, criou dezenove “Escolas de Aprendizes e Artífices” em diferentes unidades da federação destinada ao ensino profissional, primário e gratuito. O objetivo era formar operários e mão de obra, através do

ensino prático-repetitivo necessário à execução de um ofício de forma mecânica. Entretanto, o Decreto nº 7.566 figurou mais no plano assistencial do que um programa propriamente educacional.

Nessa conjuntura, de acordo com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), o decreto nº 7.566 é a referência inicial do ensino profissional científico e tecnológico na esfera federal.

[...] que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação (Brasil. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909).

Vê-se que ao contrário do ensino superior, a educação técnica se voltou mais para a inclusão social de jovens de famílias pobres enquanto o ensino superior objetivava formar “doutores”.

Em 1920, o Governo Federal fundou a Universidade do Rio de Janeiro, através do Decreto nº 14.343, pelo presidente Epitácio Pessoa. A primeira República manteve muitas estruturas sociais e econômicas, caracterizada por um domínio político das oligarquias regionais e um sistema de poder de clientelismo e patrimonialismo.

Nesse contexto, a criação de instituições de ensino superior continuou a servir principalmente à elite, mantendo a distorção entre a educação superior para os ricos e a formação profissional para os pobres, com um caráter mais assistencialista do que uma educação para esses últimos. A contrarrevolução de 1930, a urbanização e a industrialização do Brasil mantiveram a universidade como uma instituição elitista ao excluir grande parte da população do acesso ao ensino superior de qualidade, não alterando significativamente essa dinâmica (Romanelli, 1996).

O início da Assistência Estudantil no Brasil data do período em que o acesso ao ensino superior era considerado um privilégio de poucos. Apenas as famílias que tinham mais recursos financeiros conseguiam manter seus filhos na educação superior ou os encaminhavam para escolas fora do país com ótimas infraestruturas e com elevado padrão de ensino.

Durante o governo de Washington Luís em 1928, ocorreu a primeira prática de auxílio ao estudante com a construção da Casa do Estudante Brasileiro que ficava em Paris. O Governo era responsável pelo repasse de verbas para custear a manutenção da casa e dos estudantes, além das edificações das estruturas (Araújo, 2007). A Assistência Estudantil atendia somente as necessidades dos filhos da elite brasileira.

A Constituição de 1934 garantiu a institucionalização da educação ao sistematizar as competências de cada órgão federativo. Essa carta constitucional instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) elaborado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) a ser executado pela união, a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário. Uma das contribuições mais importantes foi a vinculação de recursos destinados à educação ao determinar que a União, Estados e Municípios deveriam especificar uma porcentagem mínima da arrecadação de impostos para tal finalidade (Susano, 1987).

No período do Governo Vargas, a lei 378 de 13 de janeiro de 1937, transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais. A Reforma Capanema equiparou o ensino profissional e técnico ao nível médio e os Liceus se transformaram em Escolas Industriais e Técnicas (EIT's) que perduraram até o final da década de 50. O presidente Juscelino Kubitschek transformou as EIT's em Escolas Técnicas Federais (ETF's), com autonomia pedagógica e administrativa (Castro; Plácido; Medeiros, 2023).

Quando o presidente Getúlio Vargas assumiu a presidência do país na década de 1930, a educação passou a ter grande relevância na reorganização da sociedade brasileira. Foram publicados dois decretos sobre a educação superior no Brasil. O Decreto 19.850, de 1931, que privilegiava o sistema universitário em detrimento das escolas superiores isoladas. Já o Decreto 19.851 do mesmo ano, que tratava sobre o Estatuto da Organização das Universidades Brasileiras, estabelecia um modelo universitário como preferencial para a organização desse nível de ensino. Com esses decretos, iniciou-se a regulamentação da assistência estudantil nas universidades (Vieira; Sousa Júnior, 2016).

Reivindicações promovidas pelo movimento estudantil e representada sobretudo pelos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE) e Centros Acadêmicos (CA), os alunos passaram a fazer parte do poder decisório das instituições ensino.

A inclusão da Assistência Estudantil na Constituição de 1934 trouxe em seu artigo 157 a doação de fundos aos alunos necessitados e fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência médica odontológica e alimentar (Brasil, 1934). A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi criada em 1937. Os membros da UNE tinham atribuições de organizar bibliotecas, o serviço de saúde, a concessão de bolsas e a distribuição de cargos empregatícios (Araújo, 2007).

Na Constituição de 1946, a assistência estudantil passou a ter um caráter de obrigatoriedade para todos os níveis de ensino. O artigo 172 afirmava: “cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos filhos necessitados condições de eficiência escolar” (Kowalski, 2012, p. 89).

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), lei 4624/61 foi um marco para a assistência estudantil ao estabelecer como um direito a ser garantido de forma igualitária para todos os estudantes. Entretanto, com a Constituição de 1967, nos anos da ditadura e as legislações desse mesmo período que receberam influências dos governos militares, imperava-se a repressão social e política. A categoria estudantil, na sua maioria, contrária ao regime militar, era hostilizada.

Na década de 1970, durante a ditadura, houve um arrocho salarial e um aumento da *mais-valia* do trabalho para financiar o chamado “Milagre Econômico”. Nessa conjuntura e devido a necessidade de mão de obra qualificada, houve uma contenção do acesso ao ensino superior através da introdução do exame do vestibular eliminatório e a abertura de mercado para o ensino superior privado. Houve também uma significativa expansão do ensino técnico e profissional. Todo esse movimento insere nas realizações ocorridas entre as décadas de 1950 a 1970, em que foram fundadas diversas instituições federais, além das universidades estaduais e privadas (Romanelli, 1996).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1961, equiparou o ensino profissional ao ensino superior, instituindo a formação profissional de nível universitário, de acordo com os artigos:

Art. 66. O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário.

Art. 67. O ensino superior será ministrado em estabelecimentos, agrupados ou não em universidades, com a cooperação de institutos de pesquisa e centros de treinamento profissional (Brasil, 1961).

Na década de 1980, o Brasil passou pela redemocratização culminando na passagem da ditadura para a democracia. Nesse contexto, o país precisou de novas políticas públicas, assim como a educação. Os Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e as reuniões realizadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) abordaram temas como acesso e permanência na educação superior. Dessas discussões e com o objetivo de fortalecer as políticas de assistência estudantil, criou-se o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE²).

A Constituição de 1988 representou um grande marco ao garantir direitos fundamentais e os princípios democráticos. A Carta Magna estabeleceu a universalização do acesso e a gestão democrática, ampliando também as discussões sobre o acesso e permanência nas universidades.

² <http://www.fonaprace.andifes.org.br>.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, em seu artigo 71, inciso IV, aponta que “não constituirão despesas de manutenção e de desenvolvimento do ensino, aquelas realizadas com: programas suplementares de alimentação, assistência médica odontológica, farmacêutica e psicológica e outras formas de assistência social” (Brasil, 1996). Esse artigo informa a desresponsabilização do Estado com o financiamento para a assistência estudantil.

O Decreto nº 6094, de 24 de abril de 2007, instituiu o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que diz em seu artigo segundo, item dois, a ampliação de políticas públicas de inclusão e assistência estudantil. Ainda em 2007, através da Portaria Normativa nº 39 do MEC, foi aprovado o Programa Nacional de Assistência ao Estudante (PNAES).

O PNAES se originou com base em pesquisas do FONAPRACE sobre o perfil socioeconômico dos estudantes, nos anos de 1997 e 2004. No documento foram propostas ações assistenciais com o objetivo para permanência e conclusão dos alunos na graduação e a diminuição do número de retenção de vagas e evasões. Essas pesquisas registraram aspectos importantes na garantia de condições justas de permanência na educação superior como: 1 – permanência; 2 – desempenho acadêmico; 3 – cultura, lazer e esporte; 4 – assuntos de juventude (FONAPRACE, 2004).

Ainda que a difusão de ideias entre grupos de interesse fizesse com que a assistência estudantil entrasse na agenda governamental de políticas públicas, foi somente com o PNAES que de fato a assistência estudantil passou a ser adotada pelo MEC como uma política pública de governo. Em 19 de julho de 2010, o então presidente Lula transformou o PNAES em Decreto, lei de nº 7234. O PNAES representa uma luta coletiva de grupos organizados tais como FONAPRACE, UNE, ANDIFES, bem como a sociedade civil em prol da consolidação da assistência estudantil de forma institucional e o reconhecimento legal como política pública de direito.

O PNAES tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal que traz os seguintes objetivos:

Art 2º São objetivos do PNAES: I- Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II-Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III-Reduzir as taxas de retenção e evasão; IV-Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, Lei 7.234 de 19 de julho de 2010).

O Programa destina-se a atender alunos matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais, “prioritariamente, oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos

fixados pelas instituições de ensino superior” (Brasil, 2010,). Ademais, o PNAES se efetiva por meio de ações de assistência estudantil nas áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

De acordo com o PNAES, as Instituições Federais de Ensino Superior têm autonomia para utilizar os recursos disponíveis para a assistência estudantil, conforme suas particularidades locais e regionais. As ações de assistência estudantil devem contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico do estudante e preventivamente, agir nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. Essa autonomia na execução financeira conferida às universidades e aos Institutos Federais gera maior eficiência na organização e implantação de forma mais efetiva da política de assistência estudantil.

O PNAES oferta diversas modalidades no plano de ações como estratégia de permanência do estudante vulnerável, conforme estabelece o parágrafo primeiro do artigo terceiro:

Art 3º moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (Brasil, Lei 7.234 de 19 de julho de 2010).

Os recursos destinados à assistência estudantil rubricados como PNAES objetivam custear exclusivamente os programas de auxílios a jovens de baixa renda³. Para essa seleção, as Instituições Federais de Ensino Superior utilizam o critério socioeconômico dos alunos, conforme diz o parágrafo segundo, do artigo terceiro “Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados” (Brasil, Lei 7.234 de 19 de julho de 2010).

Outro importante marco para a Assistência Estudantil foi a aprovação da Lei nº 14.914 de 3 julho de 2024 que institui a nova Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), através do Ministério da Educação (MEC). Com o objetivo de fortalecer a assistência estudantil, garantir condições de permanência e o êxito dos estudantes matriculados nas instituições federais de educação superior e de educação profissional e tecnológica, em cursos presenciais de educação profissional técnica de nível médio. Desta forma, com esta nova PNAES, será possível articular outros diversos programas do governo federal, como por exemplo, as de transferência de renda.

³ Na nova [Lei nº 14.914/2024](#), que transformou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) em política de Estado, o parâmetro de baixa renda para atendimento prioritário passou a ser de até 1 (um) salário mínimo de renda familiar mensal per capita (por pessoa), com máxima prioridade para quem possui renda de até 1/2 (meio) salário mínimo por pessoa.

A nova PNAES passou a ser executada de forma articulada com o ensino, pesquisa e extensão e se houver disponibilidade de recursos orçamentários, a PNAES poderá atender ainda a estudantes matriculados em programas presenciais de mestrado e de doutorado e estudantes das instituições de ensino superior públicas gratuitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio de convênios ou de instrumentos congêneres com esses entes federados. (Brasil, 2024).

Estão discriminados no artigo 4º da nova PNAES, como programas e ações:

- I - Programa de Assistência Estudantil (PAE);
- II - Programa de Bolsa Permanência (PBP);
- III - Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior (Pases);
- IV - Programa Estudantil de Moradia (PEM);
- V - Programa de Apoio ao Transporte do Estudante (Pate);
- VI - Programa Incluir de Acessibilidade na Educação (Incluir);
- VII - Programa de Permanência Parental na Educação (Propepe);
- VIII - Programa de Acolhimento nas Bibliotecas (PAB);
- IX - Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes (PAS);
- X - Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes);
- XI - Benefício Permanência na Educação Superior;
- XII - oferta de serviços pelas próprias instituições federais de ensino superior e pelas instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica;
- XIII - outras ações tornadas públicas por meio de ato normativo do Ministro de Estado da Educação, observada a compatibilização dessas ações com as dotações orçamentárias existentes, e desde que não haja prejuízos aos programas e às ações constantes dos incisos I a XII do *caput* deste artigo (Brasil, Lei nº 14.914 de 3 julho de 2024).

Os objetivos da PNAES incluem democratizar o acesso à educação pública federal, minimizar desigualdades sociais e regionais, reduzir taxas de retenção e evasão, e melhorar o desempenho acadêmico e inclusão social dos estudantes. Ademais esta nova política pública também visa, apoiar estudantes estrangeiros e/ou refugiados em situação de vulnerabilidade socioeconômica; incentivar a participação em competições acadêmicas e esportivas; e fomentar iniciativas de formação, extensão e pesquisa voltadas para a assistência estudantil.

É importante destacar que no pós-ditadura, nas décadas de 1980 e 1990 o ensino voltou-se para os cenários: econômico, político e social do Brasil como afirma a Constituição Federal de 1988, em seu artigo:

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica (Brasil, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9394/96 tornou obrigatória e gratuita a educação básica, dos 4 aos 17 anos, dividindo em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. Quanto ao ensino superior, a referida lei definiu que a finalidade dessa etapa é de formar diplomados nas diversas áreas do conhecimento para o desenvolvimento da sociedade brasileira, bem como a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos e realizar pesquisa e extensão.

Quanto às mudanças da educação profissional em 1994, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais foram absorvidas e transformadas em Centro Federais de Educação Tecnológicas (CEFETs). Em 2008 foram instituídos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's) que absorveram o CEFET's, as Escolas Técnicas Federais vinculadas às universidades federais e as Escolas Agrotécnicas Federais. Ainda na década de 1990, ocorreu a reestruturação produtiva e a introdução do neoliberalismo no Brasil, apontando para a expansão do ensino superior privado bem como a submissão do país aos ditames do Conselho de Washington e agências multilaterais, como Banco Mundial sobre as ações que deveriam ser atendidas nas instituições de ensino para conseguirem financiamentos internacionais.

Tomando como base as determinações políticas, sociais e econômicas, os países em desenvolvimento, elaboraram sua política educacional em torno de desses elementos: avaliação de desempenho, descentralização e novas formas de gestão com o objetivo de garantir a reprodução do projeto societário burguês, conforme o interesse do centro do capitalismo:

Como determinação desses processos, assistimos no Brasil, à formação e a implementação de inúmeros programas na área educacional como ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), PROUNI (Programa Universidade para Todos), e REUNI (Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais)". (Castro, 2010, p. 197).

É importante destacar que se faz necessário uma efetiva política de assistência estudantil aos alunos dos níveis fundamental, médio e superior haja vista que os regimes de cotas e outras formas de acesso que venham por intermédio do MEC, os esforços serão em vão.

3.2 A Política Nacional de Alimentação Escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) consiste no repasse de recursos financeiros federais através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), instituição responsável pela gestão do programa no contexto nacional. Destina-se ao atendimento a estudantes matriculados em todas as etapas da educação básica nas redes

municipal, distrital, estadual, federal e entidades qualificadas como filantrópicas inclusive as de educação especial e escolas comunitárias conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

O PNAE caracteriza-se como uma política pública de maior longevidade no Brasil na área de segurança alimentar e nutricional. Na década de 1930 temos as primeiras ações governamentais voltadas à alimentação e nutrição no país quando a fome e desnutrição foram reconhecidas como graves problemas de saúde pública no Brasil.

Em 1940, o governo brasileiro criou o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) sendo considerada a primeira política pública de alimentação no país. Em 1945 foi criada a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) e quase uma década depois, criou-se a Campanha Nacional da Merenda Escolar.

Em 1976 ocorre a integração da Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) com o II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (II PRONAN). E, em 1979, o Programa passou a se denominar Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A Constituição Federal de 1988, no artigo 208, inciso VII assegurou o direito universalizado à alimentação escolar aos educandos em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares.

Por quase 50 anos de existência o PNAE manteve-se com um caráter centralizador visto que o governo federal detinha a responsabilidade do planejamento dos cardápios e as compras dos gêneros alimentícios para todo o país, sem priorizar a diversidade da cultura alimentar brasileira e desenvolvimento regional sustentável.

Com a criação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAES) e a contemplação de uma agenda de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a partir de 1994 ocorreu a descentralização de recursos para os entes federados quanto à aquisição dos alimentos gerando uma maior participação e fiscalização das comunidades.

Com a sanção da Lei 11.947 de 2009, o PNAE trouxe inovações que fortaleceram a agricultura familiar como estabelece o artigo 14:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres. (Brasil. Lei 11.947, de 16 de junho de 2009).

Com essa medida, o PNAE ampliou as oportunidades de comercialização dos produtos da agricultura familiar gerando desenvolvimento local aos municípios, além de buscar a

segurança alimentar nas escolas públicas. Com isso, o PNAE caracteriza-se como uma política pública multidisciplinar que dialoga com outros setores relacionados como a agricultura, o meio ambiente, a saúde e a assistência social.

A partir de 2003, pela primeira vez, verificou-se a inserção do profissional do nutricionista na coordenação geral do programa junto ao FNDE. A responsabilidade técnica pela alimentação escolar nos Estados, no Distrito Federal, nos Municípios e nas escolas federais cabe também ao nutricionista. Conforme o artigo 12 da lei do PNAE, as atribuições do nutricionista como responsável técnico são:

Art. 12. Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada. (Brasil. Lei 11.947, de 16 de junho de 2009).

O PNAE trouxe como princípios norteadores para a execução do programa: direito humano à alimentação adequada, equidade, universalidade, sustentabilidade/continuidade, compartilhamento de responsabilidades, participação da comunidade e respeito aos hábitos alimentares e práticas regionais.

O principal objetivo do PNAE é promover uma alimentação de qualidade para os estudantes da rede pública e com isso aumentar a capacidade cognitiva para alcançar um melhor desempenho escolar.

Art. 4º O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. (Brasil. Lei 11.947, de 16 de junho de 2009).

Para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) é o órgão responsável pelo repasse financeiro às Secretarias Estaduais de Educação (SEDUC), às Prefeituras Municipais e às escolas federais. A transferência dos recursos financeiros será efetivada automaticamente, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato, mediante depósito em conta específica.

3.3 Práticas educativas para uma alimentação saudável nas escolas

No contexto escolar de uma instituição de ensino médio integrado de educação profissional e tecnológica, as práticas educativas devem se pautar nos princípios de uma formação humana integral que pressupõe práticas pedagógicas que promovam no sujeito a

autonomia, a capacidade de análise crítica e sentimento de cooperação. Ademais as práticas educativas devem ser orientadas pelos princípios da contextualização, interdisciplinaridade, respeito às culturas, valorização da história e diversidade regional. Na educação, o desenvolvimento de práticas educativas deve superar o caráter fragmentado e proporcionar o desenvolvimento integral dos alunos nos aspectos éticos, social, político e cultural.

A Lei 11.947 de 16/06/2009 dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e traz como diretrizes a inclusão da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição, o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (Costa; Ribeiro; Ribeiro, 2001). Também como importante diretriz o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica (Brasil, 2009).

Neste contexto, torna-se imprescindível contemplar o ambiente escolar como um espaço potencial para realização de ações que promovam saúde e bem-estar a partir de uma concepção ampla de alimentação saudável. Em sua essência, a alimentação saudável vai além do consumo de alimentos de forma equilibrada, harmônica, variada e que atendam às necessidades nutricionais dos indivíduos (Santos; Scheffer; Saccol, 2021).

A adolescência é um período de transição entre a infância e a vida adulta que compreende dos 10 a 19 anos de idade. É uma fase da vida em que os alunos experimentam um momento de vulnerabilidade nutricional, devido às necessidades nutricionais, o estilo de vida adotados, o padrão alimentar, além da forte predisposição às influências externas, principalmente sobre os aspectos comportamentais. É exatamente nesta fase que os hábitos alimentares tendem a permanecer durante a vida adulta, logo é o momento ideal para implementar e praticar uma alimentação saudável (Cirino; Siqueira; Camargo; Cardoso; Suquere; Ramos, 2022).

No âmbito escolar, a oferta de uma alimentação equilibrada e o estímulo à adoção de bons hábitos alimentares são fundamentais para minimizar a insegurança alimentar e nutricional e auxiliar aos estudantes no seu bem-estar e sua qualidade de vida, com capacidade satisfatória de aprendizado (Magalhães; Cavalcante, 2019). Com isso, vê-se que boas práticas alimentares fomenta a autonomia nas escolhas e permite a reeducação alimentar para promoção da saúde.

No Brasil, assim como em vários países emergentes, os padrões de alimentação estão mudando rapidamente, como a substituição de alimentos *in natura* ou minimamente processados de origem vegetal para produtos industrializados prontos para o consumo, causando desequilíbrio na oferta de nutrientes e a ingestão excessiva de calorias (Bini; Barba; Costa, 2024).

De acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde, é o indivíduo que constitui sua autonomia para escolhas mais saudáveis na alimentação e isso não depende só dele, mas do ambiente onde ele vive e de condições externas, como a forma de organização da sociedade, as leis, os valores culturais e o acesso à educação e serviços de saúde. Dimensões de natureza física, econômica, política, cultural e social podem influenciar positiva ou negativamente no padrão da alimentação das pessoas (Guia Alimentar para a População Brasileira, 2006).

Por se tratar de uma fase que comporta significativas transformações no desenvolvimento, a adolescência também vai representar um desafio na constituição de uma alimentação saudável (Silva; Frazão; Osório; Vasconcelos, 2015). Neste sentido que as práticas educativas oriundas da educação formal e informal serão significativas no desenvolvimento de uma educação alimentar e educacional.

Para Rosa (2022), embora seja por excelência um espaço de aprendizado e promoção de hábitos alimentares saudáveis é sabido que as primeiras constituições de aprendizagem nesta área são oriundas da educação familiar. Sendo assim, argumenta Viana (2018), que muitas vezes as práticas educativas promovidas na escola podem não ser perpetuadas nos lares dos alunos uma vez que as famílias mantêm hábitos inadequados, o que torna a tarefa na educação formal, um desafio.

Tais hábitos constituem-se no consumo excessivo de alimentos processados e ultraprocessados fazendo com que a sociedade brasileira se configure atualmente com altos índices de obesidade entre a população infantil e adolescente (Rosa, 2022). Faz sentido, então, ampliar o desenvolvimento de uma educação alimentar nutricional baseada na pedagogia de projetos de modo a alargar e ampliar o desenvolvimento dessas práticas educativas para além da sala de aula convencional e dos muros da escola (Bastos; Alves, 2020).

Tais ações envolvem objetos de conhecimento sobre as questões nutricionais, como por exemplo, tipos de alimentos, informações específicas e técnicas sobre o ato de alimentar-se de forma saudável, compreendendo a necessidade de relacionar estes objetos à aspectos mais subjetivos, psíquicos e emocionais que influenciam no hábito alimentar (Costa; Melo; Dantas; Bezerra, 2019).

Isso corrobora o entendimento de que o desenvolvimento de práticas educativas no campo alimentar deve ser visto com mais amplitude dimensional da/na vida humana que perpassa a alimentação desde uma perspectiva que envolve a sobrevivência biológica, mas que pode ser ampliada para signos e sentidos pessoais como por exemplo, aqueles ligados ao sabor e apreciação dos alimentos até a dimensão intersocial da vida humana (Bini; Barba; Costa, 2024).

3.4 O refeitório estudantil do IFCE *campus* Fortaleza

A política de alimentação escolar do IFCE insere-se no conjunto de ações institucionais voltadas à garantia de condições de permanência e êxito dos estudantes. Tais ações articulam-se às diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar e do Programa Nacional de Assistência Estudantil, os quais preveem, entre suas estratégias de atuação, a oferta de alimentação como instrumento de enfrentamento das desigualdades socioeconômicas durante o percurso formativo dos estudantes.

No caso do IFCE *campus* Fortaleza, a oferta de alimentação escolar acompanha o próprio processo de transformação institucional vivenciado pela rede federal ao longo das últimas décadas. Historicamente, enquanto instituição centenária, o *campus* já disponibilizava alimentação aos estudantes na forma de lanches (merenda escolar) nos três turnos de funcionamento. A reconfiguração institucional decorrente da criação dos Institutos Federais, instituída pela Lei nº 11.892/2008 durante o segundo mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva, promoveu mudanças estruturais na organização pedagógica dessas instituições, ampliando a oferta de cursos e consolidando a integração entre educação básica, técnica e superior. (Egre; Amorim, 2016).

Esse novo arranjo institucional está fundamentado no princípio da verticalização do ensino e na perspectiva da formação humana integral, características centrais das propostas educativas dos Institutos Federais. Conforme argumentam Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta (2012), a Educação Profissional busca superar a dicotomia entre formação geral e formação para o trabalho, propondo uma formação que articule ciência, cultura, trabalho e tecnologia como dimensões constitutivas do processo educativo. Nessa abordagem, as instituições da rede federal passam a desempenhar papel estratégico na construção de um projeto educativo comprometido com a formação integral dos sujeitos e democratização do acesso ao conhecimento.

Nesse contexto, a reorganização curricular dos cursos técnicos integrados ao ensino médio no âmbito do IFCE foi orientada pela Resolução nº 115, de 26 de novembro de 2018, que aprovou as Diretrizes Indutoras para a oferta desses cursos na instituição, alinhadas às diretrizes estabelecidas para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Entre as orientações estabelecidas, destaca-se a organização prioritária dos cursos técnicos integrados com duração de três anos, em consonância com os princípios da formação humana integral. Essa reorganização curricular, ao concentrar a formação dos estudantes em um período de três anos, relaciona-se a uma organização acadêmica que pode envolver atividades em turnos e contraturnos, produzindo novas demandas relacionadas às condições materiais necessárias à continuidade das atividades formativas. Dentre essas demandas, destaca-se a ampliação das ações de assistência estudantil voltadas à alimentação, que passou a requerer, além da oferta de lanches, a disponibilização de refeições completas, especialmente o almoço, para atender aos estudantes que permanecem no campus ao longo do dia.

A criação do refeitório estudantil do *campus* Fortaleza insere-se, portanto, nesse contexto mais amplo de adequação institucional às transformações pedagógicas e sociais que marcam a expansão da rede federal. Além de responder às diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023), sua criação também resultou de uma demanda histórica do corpo discente, expressa por meio de suas entidades representativas, como o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e os Centros Acadêmicos.

O Programa de Alimentação e Nutrição do IFCE (PAN), aprovado pela Resolução nº 56, de 28 de maio de 2018, objetiva proporcionar uma alimentação adequada e saudável para a permanência do estudante no espaço educacional bem como para a promoção de hábitos alimentares saudáveis desenvolvendo ações em conjunto com a equipe multiprofissional para a promoção de saúde e segurança alimentar e nutricional.

O funcionamento do refeitório estudantil teve início em março de 2023 e sua implementação, bem como o acesso vem ocorrendo de forma gradual. Inicialmente, o serviço de oferta do almoço foi direcionado aos estudantes dos cursos do Ensino Integrado que permanecem no campus em regime de contraturno. Posteriormente, o acesso foi ampliado para estudantes bolsistas selecionados pela Coordenadoria de Serviço Social com base em critérios de vulnerabilidade socioeconômica, incluindo também discentes do ensino superior, bolsistas dos projetos de Extensão, estudantes acompanhados pelo Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), estudantes do PEC-G (Programa de Estudantes-Convênio de Graduação) e discentes provenientes da região metropolitana de Fortaleza que ficam em contraturno. Na última etapa de acesso ao almoço, há a previsão de

abertura a toda comunidade interna com a universalização do serviço. A oferta dos lanches, por sua vez, possui um caráter mais abrangente, sendo disponibilizada a toda a comunidade discente da instituição. (IFCE, 2025).

A experiência recente de funcionamento no interstício de três anos, de março de 2023, data da sua inauguração do refeitório, a março de 2026, foram distribuídos 289.314 almoços e 755.618 lanches aos estudantes do *campus*. Esses dados evidenciam a centralidade desse espaço no cotidiano institucional bem como a relevância do serviço de alimentação na sustentação das condições de permanência dos estudantes. Ao mesmo tempo, indicam a intensidade das dinâmicas sociais que se desenvolvem no interior desse espaço, caracterizado pela circulação cotidiana de uma grande número de discentes e pela constituição de práticas educativas associadas ao momento das refeições.

Os dados quantitativos relativos ao fornecimento de almoços foram obtidos por meio do Sistema de Alimentação Inteligente (AEI), *software* utilizado para o controle de acesso dos estudantes. Os dados referentes à distribuição dos lanches foram sistematizados com base nos registros de controle mantidos pela Coordenadoria de Alimentação Escolar do *campus* e no sistema SISAE - Sistema Informatizado de Assistência Estudantil.

Do ponto de vista estrutural, o refeitório estudantil integra a Coordenadoria de Alimentação do *campus* Fortaleza, setor responsável pela gestão da política de alimentação institucional. A estrutura compreende área administrativa, espaço de refeição com capacidade de atendimento simultâneo de até 648 estudantes, incluindo espaço para cadeirantes, duas entradas (lados direito e esquerdo), área de distribuição das refeições, cozinha destinada ao acondicionamento das refeições prontas fornecidas pela empresa terceirizada, refeitório climatizado com 108 mesas e 648 bancos, três pias externas para higienização das mãos, localizadas em ambos os lados das entradas, área para recebimento e higienização de utensílios utilizados e duas portas de saída. A cozinha destinada à produção de lanches, fica ao lado da Coordenadoria de Alimentação Escolar, portanto à parte do refeitório.

A distribuição das refeições ocorre por diferentes sistemas de serviço. Os lanches são ofertados na modalidade cafeteria fixa, caracterizada pela entrega direta de preparações previamente porcionadas aos estudantes, sem possibilidade de escolha entre diferentes opções de alimentos, sendo a composição do lanche previamente definida pela equipe responsável pela alimentação escolar. O almoço, por sua vez, é servido na modalidade cafeteria mista, sistema que combina o porcionamento da proteína realizado por um colaborador do refeitório com o autosserviço (*self-service*) dos demais componentes da refeição, como arroz, feijão, saladas e acompanhamentos. Essa modalidade possibilita ao estudante maior autonomia na composição

do prato, ao mesmo tempo em que permite o controle da porção do alimento proteico, contribuindo para o planejamento da produção, a redução do desperdício e a adequada distribuição das refeições.

O funcionamento do serviço envolve uma equipe composta por quatro nutricionistas, sendo três do Campus Fortaleza e uma da empresa terceirizada, responsáveis pela supervisão técnica, um bolsista, oito merendeiros, quatro auxiliares de cozinha e três estagiários, sendo uma de estágio curricular de outra instituição escolar.

A Implantação dessa estrutura foi precedida por processo institucional que envolveu planejamento técnico, elaboração de projetos arquitetônicos e realização de procedimento licitatório para a contratação da obra de engenharia. O edifício construído possui área total de 932,62 m², distribuído em 18 ambientes, incluindo um amplo salão destinado ao consumo das refeições e áreas de apoio ao acondicionamento e distribuição das refeições prontas. O projeto foi elaborado em conformidade com normas sanitárias e de ergonomia aplicáveis a serviços de alimentação coletiva, garantindo condições adequadas de segurança alimentar e acessibilidade.

O novo bloco foi composto pelos seguintes ambientes: Pavimento térreo: Refeitório, fila cardápio 1, fila cardápio 2, recebimento, depósito, chefia, devolução, vestiário masculino, vestiário feminino, doca, hall, descartáveis, lavagem, WC acessível, gás e distribuição; 1º Pavimento: Barrilete; 2º Pavimento: Caixa d'água; e cobertura.

O prazo de execução do contrato foi de duzentos e quarenta dias, conforme cronograma físico que acompanha o orçamento estimativo, ficando a vigência contratual em trezentos e trinta dias, considerando prazo máximo de 90 noventa dias, previsto no §3º do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993, para o recebimento definitivo da obra, objeto da contratação.

Como já citado anteriormente, antes da construção do refeitório, a alimentação oferecida pela instituição restringia-se à distribuição de lanches consumidos predominantemente em espaços de convivência e pátios do *campus*. A ausência da infraestrutura adequada para a realização das refeições evidenciava limites estruturais para o atendimento alimentar da comunidade discente, especialmente em um contexto de ampliação da permanência estudantil no espaço institucional.

Considerando, portanto, essas dimensões, o refeitório estudantil do IFCE *campus* Fortaleza constitui um *lócus* empírico desta pesquisa. Mais do que um espaço funcional destinado à oferta de refeições, trata-se de um ambiente institucional no qual se produzem interações sociais, práticas organizacionais e experiências que atravessam o cotidiano dos estudantes. Portanto, a análise desse espaço possibilitou compreender de que maneira as

práticas educativas se manifestam no contexto da alimentação escolar, contribuindo para a reflexão sobre a função social do refeitório na promoção de processos formativos na instituição.

4 MÉTODO

4.1 Tipo de Estudo

Esta pesquisa é de natureza qualitativa que, segundo Ruiz (1996), trata-se de uma modalidade de estudo em se privilegiam aspectos intersubjetivos entre os participantes da pesquisa e na sua relação com o objeto de estudo elencado para a investigação. Considera-se na pesquisa qualitativa os dados obtidos oriundos de fontes bibliográficas tais como as fontes clássicas consagradas, bem como as emergentes, e as produções discursivas dos participantes.

Ainda considerando o aporte das pesquisas qualitativas sopesamos o caráter exploratório deste estudo que, conforme nos orienta Gil (1991), trata-se da iniciativa de fazer incursões pelo objeto de estudo elencado a fim de evidenciar cenários ainda não discutidos em pesquisas anteriores.

Nesse contexto, a tipologia adotada é complementada pela abordagem de estudo de caso, uma vez que se concentra em um fenômeno particular, considerando seu contexto e suas múltiplas dimensões. Trata-se, especificamente, de um estudo de caso do tipo instrumental, no qual o caso investigado não se restringe a uma situação concreta em si, mas se orienta para a compreensão de uma questão mais ampla, neste estudo, a incorporação de uma política no cotidiano escolar, à qual a investigação se direciona (André, 2013).

Para adensar a pesquisa seguiremos a proposta de Yin (2001) que estabelece diretrizes para a triangulação de fontes primárias e secundárias no desenvolvimento da pesquisa, isso envolve a exploração de fontes documentais, observação de campo e entrevista com atores envolvidos com o objeto de estudo.

4.2 Local da pesquisa

O *locus* da pesquisa foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Fortaleza. Especificamente, consideramos o Refeitório Estudantil como o espaço pedagógico-investigativo em que foram realizadas as observações sistemáticas e uma sala reservada da instituição para realização de entrevistas. É importante salientar que o acesso ao cenário da pesquisa foi efetivado somente após aprovação ética deste projeto de pesquisa.

O *campus* de Fortaleza surge com a implantação do ensino profissional no Ceará ainda em 1909. De lá para cá passou por várias denominações dentre as quais: Escola de Aprendizizes Artífices, Escola Industrial de Fortaleza, Escola Industrial do Ceará, Escola Técnica Federal do

Ceará, Centro Federal de Educação Tecnológica e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (Bezerra; Pinto, 2024).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), é composto atualmente por 35 *campi* e com previsão de expansão anunciada pelo Governo Federal de mais seis novos *campi*, sendo dois na capital Fortaleza e os outros no interior, nas cidades de Campos Sales, Mauriti, Cascavel e Lavras da Mangabeira (Bezerra; Pinto, 2024).

No que diz respeito à assistência estudantil o corpo discente conta com serviço de saúde, psicologia escolar, nutrição e o serviço social, além dos núcleos de apoio que trabalham com inclusão (NAPNE), questões raciais (NEABI) e diversidade sexual (NUGEDS) (IFCE, 2025).

Os estudantes dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio com aulas no contraturno escolar, bem como, os dos cursos técnicos e superiores selecionados pelo Serviço Social, considerando as condições socioeconômicas, possuem acesso ao Refeitório Estudantil (Figura 1.)

Figura 1. Foto panorâmica do Refeitório Estudantil



Fonte: <https://ifce.edu.br/fortaleza/estudante/refeitório>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2026.

Por tratar-se de uma política de assistência ainda em consolidação, os processos operatórios de atendimento ainda se encontram em adaptação e ajustes, como por exemplo, o acesso por QRcode que se encontra em transição para o reconhecimento facial, na busca pela redução no tempo da fila de espera. Esse contexto, faz deste espaço pedagógico um ambiente propício para a inserção de práticas educativas.

4.3 Participantes da pesquisa

Participaram desse estudo 18 profissionais diretamente envolvidos na gestão, operacionalização e acompanhamento de alimentação escolar no IFCE Campus Fortaleza. A amostra foi do tipo intencional, característica das pesquisas qualitativas, sendo composta por sujeitos que, em razão de suas atribuições profissionais, possuíam experiência e conhecimento sobre a dinâmica de funcionamento do Refeitório Estudantil e sobre as práticas educativas desenvolvidas nesse espaço. Participaram da pesquisa servidores técnico-administrativos (quatro nutricionistas), funcionário terceirizados (oito merendeiros e quatro auxiliares de cozinha) e dois estagiários vinculados à Coordenadoria de Alimentação Escolar. Do total de participantes, oito eram do sexo masculino e dez do sexo feminino.

A diversidade de categorias profissionais foi considerada fundamental para contemplar diferentes perspectivas sobre o funcionamento do refeitório, permitindo compreender tanto os aspectos relacionados à gestão da alimentação escolar quanto aqueles vinculados ao preparo, distribuição das refeições, atendimento aos estudantes e organização da logística de acesso ao refeitório. Essa composição favoreceu uma visão abrangente do fenômeno investigado, contribuindo para a riqueza e a profundidade das análises.

No intuito de manter o anonimato dos participantes, estes, foram codificados de acordo com a sua atuação profissional junto ao Refeitório Estudantil, conforme detalha-se na tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Caracterização dos participantes (2026)

Código	Função	Atribuições profissionais
N1	Nutricionista	Avaliar o estado nutricional dos alunos; planejar ações (plano anual e educação alimentar); elaborar e acompanhar cardápios; garantir inclusão de necessidades especiais; padronizar preparações; identificar alunos com demandas alimentares; apoiar a compra e qualidade dos alimentos; e articular com a agricultura familiar.
N2	Nutricionista	
N3	Nutricionista	
N4	Nutricionista	Responsável pelo planejamento, supervisão e controle das atividades relacionadas à alimentação, a nutricionista elabora cardápios equilibrados, acompanha o preparo e a distribuição das refeições, assegura as boas práticas de higiene e segurança alimentar, gerencia qualidade, custos e estoques, além de orientar a equipe e monitorar a aceitação e as necessidades dos usuários.

M1	Merendeiro(a)	Executa tarefas inerentes ao preparo e distribuição de merendas, selecionando alimentos, preparando refeições ligeiras e distribuindo-as aos comensais, para atender ao programa alimentar de estabelecimentos educacionais e outros.
M2	Merendeiro(a)	
M3	Merendeiro(a)	
M4	Merendeiro(a)	
M5	Merendeiro(a)	
M6	Merendeiro(a)	
M7	Merendeiro(a)	
M8	Merendeiro(a)	
AC1	Auxiliar de cozinha	Atua no apoio às atividades da cozinha, auxiliando no preparo de alimentos, mantendo a limpeza e organização do ambiente e dos utensílios, além de seguir normas de higiene e segurança alimentar para garantir o bom funcionamento da cozinha.
AC2	Auxiliar de cozinha	
AC3	Auxiliar de cozinha	
AC4	Auxiliar de cozinha	
E1	Estagiário(a)	Cadastramento dos estudantes no sistema AEI e leitura dos Qrcode
E2	Estagiário(a)	

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Foram considerados elegíveis para participar da pesquisa todos os servidores efetivos, funcionários terceirizados e estagiários que atuavam diretamente nas atividades relacionadas à gestão, planejamento, preparo, distribuição das refeições e logística de atendimento aos estudantes no refeitório estudantil do IFCE Campus Fortaleza, desde que possuíssem experiência mínima no setor suficiente para conhecer sua dinâmica de funcionamento e aceitassem participar voluntariamente da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Foram excluídos os profissionais que, durante o período de coleta de dados, encontravam-se afastados de suas atividades laborais por período superior a dois meses, em razão de férias, licenças ou outros afastamentos legais, bem como aqueles que não desempenhavam atividades diretamente relacionadas ao funcionamento do Refeitório Estudantil.

4.4 Coleta de dados

A coleta de dados foi amparada inicialmente por uma análise documental concernente ao Refeitório Estudantil. Isto se baseou sobretudo no processo que deu início ao Refeitório Estudantil em que se apresentaram documentos sobre: dimensões do prédio, infraestrutura, quadro de pessoal, controle de acesso dos alunos e cardápios executados bem como as preparações mais aceitas pelos estudantes. A análise foi realizada a partir do processo de implantação do refeitório disponibilizado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Nesta dissertação, em razão da escassez de dados disponíveis nesse processo, optou-se por apresentar essas informações na seção 3.4 *O refeitório estudantil do IFCE campus Fortaleza*, integrante da fundamentação teórica.

Após a análise documental foram realizadas observações sistemáticas no espaço do refeitório e, posteriormente, entrevistas semiestruturadas com os servidores e funcionários terceirizados envolvidos nas atividades da alimentação escolar. As observações ocorreram no período de 30 de junho a 1º de agosto de 2025, totalizando 23 dias de acompanhamento sistemático do cotidiano do refeitório, distribuídos em 11 sessões durante o horário do lanche da manhã, 9 sessões no período do almoço e 3 sessões no horário do lanche da tarde. As observações contemplaram, portanto, diferentes momentos da rotina de atendimento, desde o início até o encerramento da oferta das refeições, abrangendo o período das 9h30 às 10h, destinado ao lanche da manhã; das 12h às 13h30, correspondente ao almoço; e das 15h30 às 16h, referente ao lanche da tarde.

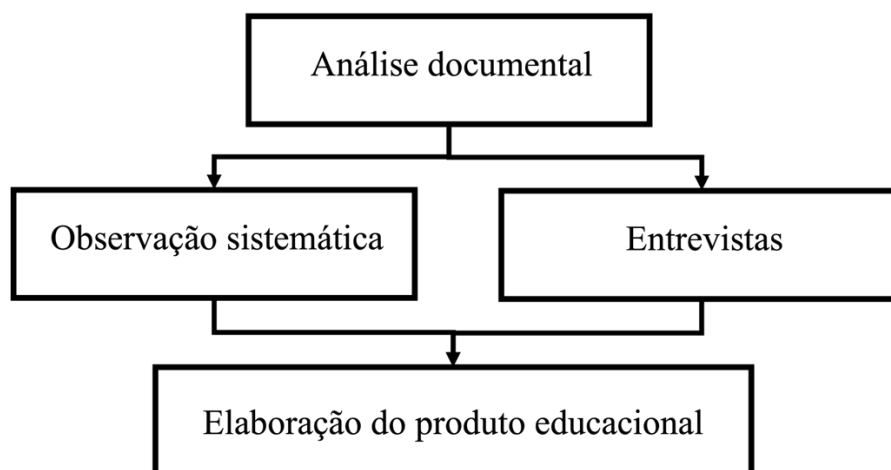
A observação sistemática consiste em uma técnica de conduta (Gil, 1991) em que a pesquisadora observou as atividades e os comportamentos dos participantes investigados (Apêndice A). Foram observados aspectos relativos a práticas educativas espontâneas, assim como aquelas decorrentes de ações educativas promovidas pelo IFCE, considerando aspectos relacionados à organização e comportamentos na fila de espera, práticas de higiene pessoal, protocolos sanitários, comportamento na escolha e consumo das refeições, interação social, comportamento dos estudantes após as refeições, bem como outras situações consideradas relevantes para a compreensão das dinâmicas presentes naquele ambiente. As situações observadas foram registradas em diário de campo, constituindo-se como fonte de informações para a interpretação dos dados produzidos ao longo da investigação.

Posteriormente, os servidores, funcionários terceirizados e estagiários vinculados ao Refeitório Estudantil foram convidados a participar da entrevista semiestruturada que, segundo Lakatos e Marconi (1992), consiste na condução de um roteiro em que há certa flexibilidade nos questionamentos, sendo informados(as) pela pesquisadora quanto aos objetivos da pesquisa e os procedimentos. A realização das entrevistas teve como intensão compreender as

percepções dos profissionais que atuam no cotidiano do refeitório estudantil acerca de sua função enquanto espaço de alimentação e de convivência, bem como identificar suas compreensões sobre as possibilidades de desenvolvimento de práticas educativas relacionadas à alimentação saudável nesse ambiente. Buscou-se, ainda, apreender a percepção dos participantes sobre a relação entre a alimentação escolar e o desenvolvimento educacional dos estudantes, os principais desafios e problemas identificados no processo de distribuição das refeições e as práticas ou ações que, na perspectiva desses profissionais, poderiam contribuir para a promoção de hábitos alimentares saudáveis no espaço do refeitório. Desse modo, o roteiro de entrevista (Apêndice B) foi estruturado de modo a favorecer a compreensão das experiências, percepções e conhecimentos dos participantes sobre as dinâmicas cotidianas do refeitório estudantil, contribuindo para a identificação de demandas educativas e para a análise das possibilidades de utilização desse espaço como ambiente pedagógico. Após a realização das entrevistas, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Estas, foram gravadas tendo os seus relatos transcritos e organizados para posterior análise.

A seguir apresentamos esquematicamente as etapas da coleta de dados na figura 2.

Figura 2. Etapas constituintes da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Todo o conjunto de dados obtidos compôs a análise sobre Refeitório Estudantil como espaço privilegiado de práticas educativas, consolidando a discussão dos resultados na elaboração do produto educacional desta dissertação. Trata-se, portanto, de um conjunto de

cards cujo objetivo é a promoção de práticas educativas, bem como o favorecimento de hábitos alimentares saudáveis.

4.5 Análise dos dados

Os dados coletados através da análise documental, da observação sistemática e das entrevistas foram triangulados e analisados através da técnica da análise de conteúdos proposta por Bardin (2016). Tal abordagem configura-se como um processo técnico-metodológico voltado ao exame sistemático dos dados, buscando apreender, de modo rigoroso, os sentidos, procedimentos e intenções presentes nas mensagens, de modo a evidenciar significados latentes subjacentes aos conteúdos (Bardin, 2016). Fundamentada nessa perspectiva teórico-metodológica, a análise desenvolveu-se por meio de etapas articuladas, descritas a seguir.

A primeira fase correspondeu à pré-análise, voltada à organização e sistematização inicial do material, com o objetivo de orientar as etapas subsequentes. Essa fase contemplou a leitura flutuante, caracterizada por um primeiro contato exploratório com os dados e a escolha do *corpus*, que consiste na definição dos materiais a serem analisados.

Concluída essa fase, avançou-se para a exploração do material transformando os dados brutos por meio de recortes, possibilitando a representação organizada do conteúdo analisado. A partir disso, foram constituídas categorias empíricas que permitiram proceder-se à etapa de inferência e interpretação, na qual os resultados foram articulados ao referencial teórico, buscando atribuir significados aos achados e produzir compreensões mais amplas acerca do fenômeno investigado. Essa fase possibilitou evidenciar dimensões explícitas e latentes do material empírico, contribuindo para o alcance dos objetivos propostos e para o aprofundamento das reflexões em questão.

4.6 Aspectos Éticos

Este estudo foi conduzido em conformidade com as orientações e determinações previstas na Lei nº 14.874/2024, que regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. A pesquisa foi submetida à apreciação e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto Federal do Ceará (CEP/IFCE), por meio da Plataforma Brasil, conforme Parecer nº 7.585.259 e Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 87408825.8.0000.5589 (Anexo B).

Esta pesquisa foi integralmente concebida, desenvolvida e redigida pela pesquisadora, sem a utilização de ferramentas de inteligência artificial, softwares de geração automática de texto ou quaisquer recursos tecnológicos similares que implicassem produção automatizada de conteúdo. Todas as etapas, incluindo levantamento bibliográfico, análise de dados, interpretação dos resultados e elaboração textual, foram conduzidas de forma autoral, em conformidade com os princípios éticos e acadêmicos que orientam a produção científica.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta e discute os resultados da pesquisa, articulando os dados empíricos produzidos com o referencial teórico que fundamenta a investigação. A análise foi orientada pelos pressupostos da abordagem qualitativa e sistematizada por meio da construção de categorias temáticas, as quais possibilitaram organizar, interpretar e atribuir sentidos às experiências, práticas e percepções dos participantes envolvidos no contexto do refeitório estudantil.

A partir do processo de codificação e categorização do material, emergiram quatro eixos analíticos que evidenciam a complexidade do refeitório para além de sua função estritamente operacional de oferta de refeições. A Categoria 1, O Refeitório como espaço educativo de convivência social, problematiza o potencial formativo desse ambiente como *lócus* de interação, sociabilidade e aprendizagem cotidiana. A Categoria 2, Conflitos e indisciplinas como demandas educativas, aborda as situações de tensão e os comportamentos considerados indisciplinados, compreendendo-os como expressões de necessidades pedagógicas e oportunidades de intervenção educativa. A Categoria 3, Tensões entre funções administrativas/técnicas e expectativas educacionais, discute os desafios enfrentados pelos profissionais na conciliação entre atribuições operacionais e demandas formativas, evidenciando limites institucionais e possibilidades de atuação. Por fim, a Categoria 4, Percepções sobre alimentação e bem-estar dos estudantes, examina os significados atribuídos à alimentação escolar e suas repercussões na saúde, no cuidado e na permanência dos discentes.

Em conjunto, essas categorias permitem compreender o refeitório estudantil como um espaço multifacetado, atravessado por dimensões pedagógicas, organizacionais e sociais, cuja análise contribui para ampliar o debate sobre suas potencialidades educativas e para subsidiar proposições voltadas ao aprimoramento das práticas institucionais.

5.1 O Refeitório como espaço educativo de convivência social

Essa categoria analisa o refeitório estudantil do IFCE como espaço de convivência social e de aprendizagem, evidenciando sua função educativa para além da oferta de alimentação. Os dados revelaram que o refeitório se configura como um ambiente no qual se estabelecem relações sociais, se constroem aprendizagens informais e se manifestam comportamentos que demandam a observância de regras coletivas, a promoção de inclusão e o

cuidado com os bens coletivos do ambiente, como mobiliário e utensílios. Entre os relatos evidenciados no *corpus* analítico, destacam-se:

[...] E o ambiente realmente é bastante espaçoso, arejado, eles realmente têm esse momento de convivência com colegas, de conversar, de brincar. Então, assim, tudo isso, acho que consegue melhorar a prática educativa deles, até mesmo sim, de aprender a conviver realmente em sociedade e em equipe, que é o mais importante. A gente como um ser humano, é aprender a conviver com pessoas, porque futuramente eles são profissionais, que trabalharão dentro de equipe (N4).

[...] A gente espera que o refeitório vá fornecer uma alimentação que seja modelo. Então, de uma forma indireta, não uma prática educativa formal, ela vai acontecer. Mais de uma forma indireta, a gente está contribuindo com a prática educativa, que especificamente no sentido de fazer uma educação alimentar. No momento que o aluno vem para o refeitório se servir, ele vê na distribuição a oferta de alimentos que são saudáveis, a gente está influenciando de uma forma positiva para que ele adote esse hábito de alimentação saudável (N3).

Percebe-se, a partir desses dois primeiros relatos, que a percepção do espaço físico e a potencialidade daquilo que ele pode promover, são considerados pelos entrevistados. Para Paulino (2022), o espaço do refeitório pode ser observado a partir de alguns vieses. Pode-se considerá-lo como um lugar em que os comensais se juntam à mesa e fazem sua refeição, mas também se pode ampliar essa concepção ao considerar que o momento da refeição, especialmente na escola, é uma oportunidade para promoção da educação. É nesta linha de raciocínio que os próximos depoimentos convergem:

[...] Fazer essa campanha de informação, até porque vem muitos alunos novos, eles não sabem muito, fica meio deslocado, onde é para entrar, onde é que vem para pegar comida, por onde sai, onde deixa um copo, um prato, se ele precisa ou não devolver aqui, ou na distribuição, se ele pode ou não pegar mais um prato, se pode ou não vim pegar a fruta, novamente ou se esquecer (E1).

[...] Com relação ao barulho também, porque às vezes como a gente é um espaço aberto a todos os alunos, a gente tem essa questão também de que tem todo o aluno é igual, então cada um tem suas propriedades e aí nos casos, por exemplo, de muito barulhos, se fizeram coisa como um aniversário aqui, e a gente tem alunos também que são portadores de autismo, por exemplo, de necessidades especiais, e aí esse tipo de comportamento acaba prejudicando eles, se incomodam, então a gente tem que entender como é que esse ambiente é um ambiente social, mas que tem que ser inclusivo também (E1).

[...] Porque às vezes eles mesmo quebra as coisas, eles começa a levar as coisas e quebra os bancos, eles começam a tirá-los para o banco. Eles deveriam entre eles mesmo ter respeito com as coisas deles e eles não têm (AC4).

[...] Às vezes a gente vê coisas, tipo assim, derrama aleatoriamente tanto faz com o quanto fez, joga os pratos na lixeira, porque se faltar vai fazer falta para eles. Isso tudo é gasto. Talher, prato várias vezes foi tirado prato, várias vezes foi tirado copo e tudo isso é utensílios que a gente usa no dia a dia e necessita para que não falte para eles (AC4).

A observação sistemática do refeitório estudantil, bem como o relato dos entrevistados, destacou que aquele espaço favorece a convivência entre os estudantes, permitindo momentos de interação, diálogo e socialização. Conforme expresso por um dos entrevistados, o ambiente possibilita que os estudantes “aprendam a conviver realmente em sociedade e em equipe” (N3), aspecto fundamental para a formação humana e profissional. Nesse sentido, o refeitório assume um papel relevante como espaço educativo não formal, no qual se desenvolvem competências essenciais à vida em coletividade (Paulino, 2022).

Entretanto, as narrativas também revelaram desafios relacionados ao cumprimento das regras do refeitório. Os relatos apontaram que muitos estudantes, especialmente os ingressantes, demonstram dificuldades em compreender o funcionamento do espaço, como os fluxos das rotinas diárias, uso adequado dos utensílios e mobiliários e organização das filas. Os participantes mencionaram situações de danos aos assentos, descarte inadequado principalmente de talheres, além dos desperdícios de recursos materiais. Esses comportamentos revelam fragilidades no desenvolvimento do senso de responsabilidade coletiva e na valorização dos bens de uso coletivo.

A ausência de sinalização clara e de ações sistemáticas de orientações contribui para que as informações sejam transmitidas de modo informal entre os próprios estudantes, o que nem sempre garante a compreensão adequada das normas. Esse cenário reforça a necessidade de ações formativas que estimulem o cuidado com os bens comuns, articulando cidadania, sustentabilidade e ética no uso dos espaços institucionais (Viana, 2018).

A inclusão política e social também emerge de forma significativa nesta categoria. Os entrevistados reconhecem o refeitório como um espaço acessível e que assegura prioridade a pessoas com deficiência ou necessidades específicas. Porém, comportamentos como excesso de barulhos, comemorações inadequadas e manifestações sonoras intensas foram observados e apontados como fatores que comprometem a experiência de estudantes com transtornos do espectro autista e outras condições neurodivergentes. Esses dados evidenciam a necessidade de promover uma cultura de respeito à diversidade e inclusão.

Observou-se que a presença de guardas da segurança patrimonial na organização das filas contribuiu para a redução de conflitos e desordem; e que a maioria dos estudantes se alimentam em grupo, reforçando o caráter social do espaço. Embora o ambiente seja considerado cooperativo, amigável e inclusivo, aspectos como a baixa adesão à higienização das mãos antes das refeições e o uso excessivo de celulares durante as refeições indicam também desafios para a promoção de práticas educativas mais conscientes.

Deve-se entender que o hábito de comer e a própria dimensão da convivência compõem aquilo que Cirino et. al., (2022) denominam como hábitos alimentares saudáveis. Isto é, deve-se considerar a alimentação adequada e que garanta segurança alimentar, mas também é importante considerar o ambiente escolar como espaço privilegiado de formação humana.

Portanto, não se trata apenas da nutrição *per si*, mas de considerar aquilo que o hábito nutricional pode promover para além das garantias nutricionais. Os autores ainda enfatizam essa dimensão de ampliação de possibilidades de alimentação e formação da vida humana em geral, sobretudo por considerar um período tão específico do desenvolvimento do ciclo vital e que coincide com parte significativa do público-alvo da Educação Profissional e Tecnológica (Kowalski, 2012).

5.2 Conflitos e indisciplinas como demandas educativas

Essa categoria analisa situações de conflitos e indisciplinas observadas no cotidiano do refeitório estudantil, evidenciando as práticas de repetição excessiva de refeições, desperdício de alimentos e uso excessivo de aparelhos celulares durante as refeições. São práticas comportamentais que tensionam a organização institucional do espaço e impactam diretamente as rotinas de trabalho dos profissionais, revelando fragilidades na mediação educativa e na gestão do serviço da Coordenadoria de Alimentação Escolar (CAESC).

Os dados analisados evidenciaram que a forma diferenciada de controle de acesso ao refeitório para o almoço e lanches contribui para a ocorrência dessas práticas. Enquanto o almoço possui acesso controlado por meio de Qrcode, o que inviabiliza a repetição, os lanches são distribuídos de forma livre nos turnos manhã, tarde e noite. Essa dinâmica favorece a repetição sucessiva por parte de alguns estudantes, conforme relatado pelos participantes e confirmado pela observação sistemática. Essa situação gera conflitos entre estudantes, constrangimentos para os trabalhadores responsáveis pela distribuição e dificuldades no planejamento da produção alimentar.

Conforme norma estabelecida pelo setor responsável, o estudante que desejar repetir a refeição deve sair do refeitório e retornar para a fila externa, mesmo na ausência de fila. Os profissionais responsáveis pela distribuição dos lanches, por sua vez, não impedem diretamente a repetição, mas exercem um monitoramento informal, orientando os estudantes quando percebem a recorrência excessiva com o objetivo de evitar a falta de alimentos para os demais.

Os quantitativos das porções dos lanches (*per capita*) por turnos são definidos pela nutricionista responsável, tomando como referência a média de refeições servidas no ano

anterior. Com base nesse parâmetro, estabelece-se uma margem técnica de produção que possibilita atender à eventual demanda por repetição, minimizando o risco da falta do alimento.

Essa situação fica evidenciada na fala de um dos participantes:

[...] como também a gente não consegue controlar a repetição. Tem alunos que passam ali em duas, três vezes e consome naquele mesmo horário, aquela mesma preparação enquanto tem alunos não conseguem consumir uma vez, justamente por essa falta de controle sistematizado (N1).

Diante desse contexto, observa-se que determinadas práticas recorrentes evidenciam demandas latentes, vinculadas tanto às necessidades próprias do refeitório quanto à ausência de ações educativas intencionalmente planejadas para atender a esse espaço e às suas especificidades.

No contexto do refeitório estudantil, a repetição das refeições assume múltiplos sentidos. Para alguns estudantes, está associada à insegurança alimentar, à distância entre a residência e a escola ou à permanência prolongada na instituição. Para outros, relaciona-se a preferências alimentares específicas ou a hábitos pouco orientados pelo consumo consciente (gulodices). Essa leitura dialoga com os estudos sobre políticas de assistência estudantil, que reconhecem a alimentação como elemento central para a permanência e o êxito dos estudantes na Educação Profissional e Tecnológica (Kowalski, 2012; Dumaresq, 2014).

No âmbito das observações realizadas, identificou-se que determinadas preparações exercem maior atratividade entre os estudantes, destacando-se de modo recorrente, os dias em que são ofertados sanduíches de frango ou de ovos. Nessas ocasiões, verificou-se a formação de longas filas e a ocorrência frequente de repetição por parte de alguns estudantes que retornavam sucessivas vezes à fila para consumir a mesma preparação.

A recorrência desse comportamento levou os profissionais responsáveis pela distribuição a adotarem uma postura de maior vigilância nesses dias, uma vez que reconhecem o elevado índice de repetição e a maior probabilidade de surgimento de conflitos entre os estudantes. Tal atenção reforçada evidencia que a repetição não se configura como um evento ocasional, mas como prática já antecipada pelos trabalhadores, incorporada à dinâmica cotidiana do refeitório e diretamente associada às características específicas das preparações ofertadas.

[...] porque nós merendeiros, a gente não tem acesso, não tem controle sobre isso. Então, para dizer não, porque não pode, isso fica é constrangedor pra gente. Às vezes, eles podem entender ou não. Então fica um pouco assim, sobrecarregando nós que na frente servindo... porque principalmente, na sexta-feira, que tem o sanduíche, mas

que realmente tem bastante repetição (M4).

O desperdício de alimentos configura outra temática relevante desta categoria. Observou-se que, sobretudo no horário do almoço, a possibilidade de o estudante se servir livremente resulta em volumes expressivos de sobras descartadas de alimentos, além de resíduos nas mesas e no chão.

Nos lanches, embora em menor escala, também foram identificadas sobras significativas, especialmente quando as preparações não correspondem às preferências dos estudantes. A coexistência de repetição excessiva e desperdício evidencia a ausência de uma cultura institucional voltada ao consumo consciente, conforme discutem Costa, Ribeiro e Ribeiro (2018) ao defenderem a alimentação escolar como espaço privilegiado para as ações educativas relacionadas à responsabilidade e à sustentabilidade.

[...] pode ser um problema pra mim porque eu não consigo mensurar a quantidade de alunos que vão vir, que vão repetir, se aquela refeição que eu preparei para tantos alunos, sei lá, 500 alunos, quando tem muita repetição, ela não atende de fato 500 alunos. Ela pode atender 300 alunos, sendo 200 repetições. Isso gera outros problemas porque às vezes, a gente produz achando que vai ter repetição e não tem. Então, gera desperdício. Então, de fato é um problema que a gente tenta contornar e tenta fazer com que ele seja minimamente um problema (N2).

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, os conflitos e as indisciplinas observados no refeitório devem ser compreendidos como demandas educativas e não apenas como falhas individuais de comportamento. Conforme argumenta Saviani (2007), a formação humana integral pressupõe a articulação entre as dimensões materiais, éticas e sociais da experiência escolar. Assim a repetição excessiva, o desperdício e o uso inadequado do espaço do refeitório indicam a necessidade de ações pedagógicas intencionais, articuladas às políticas de assistência estudantil previstas no PNAES (Brasil, 2010), que promovam a corresponsabilização dos estudantes e uso consciente dos recursos coletivos.

Além das práticas de repetição e desperdício, observou-se de forma recorrente o uso excessivo de celulares desde o momento de espera nas filas de acesso ao refeitório à saída do ambiente, especialmente durante as refeições. Tal prática manifesta-se tanto pelo uso individual quanto coletivo dos dispositivos à mesa, comprometendo a rotatividade pela ocupação dos espaços do refeitório, a organização do ambiente e a convivência coletiva. Assim, o celular emerge como elemento que desorganiza as interações sociais, deslocando o foco da refeição enquanto prática coletiva para experiências individuais mediadas pela tecnologia.

[...] Essa fase, né, da adolescência, eles andam muito em grupos. Então, Às vezes, entra um grupo de alunos, mas só um vai comer, mas quando chega lá vê o que é que a aparência agrada, eles vão também se alimentar. E a gente aí é uma parte interessante, né. Mas por outro lado é um problema porque atrasa muito a fila. Então muitas vezes a gente tem que estar, vamos, vamos, vamos, o uso do celular na fila. Eles entram no refeitório no celular. Aí eles não se atentam ao fluxo da fila, da distribuição da refeição, de pegar uma fruta. Isso também faz com que atrase, e a gente tem que precisar tá chamando eles, né. Tá lá um problema né... Muitos deles vão sozinhos, sentam e ficam no celular, comem mas não sabem nem o que tá comendo direito. Tira a atenção deles daquela refeição né (N2).

O Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014) afirma que o ato de comer deve ser entendido como prática social, cultural e relacional, e não apenas como resposta às necessidades biológicas. O documento destaca que realizar as refeições em ambientes apropriados, com atenção ao alimento e em interação com outras pessoas, constitui elemento central para a promoção de hábitos alimentares saudáveis e para o fortalecimento de vínculos sociais. Nessa perspectiva, a comensalidade assume papel estratégico na formação de atitudes conscientes, solidárias e responsáveis em relação ao alimento e ao espaço coletivo.

No ambiente de pesquisa, o uso excessivo de aparelhos celulares durante as refeições desafia o paradigma dessa concepção ao fragmentar o momento alimentar e reduzir as possibilidades de interação entre os estudantes. Essa dinâmica revela um distanciamento entre as práticas observadas e os preceitos normativos das políticas públicas de alimentação e nutrição, uma vez que defendem a valorização do tempo da refeição como momento de cuidado consigo e com o outro (Brasil, 2014).

Nesse contexto, verificou-se que a ausência de ações educativas sistemáticas e voltadas à orientação sobre o uso consciente das tecnologias durante as refeições contribui com a naturalização de comportamentos que impactam negativamente a convivência entre os estudantes. Assim, reforça-se a necessidade de intervenções pedagógicas que integrem alimentação, convivência e cidadania no cotidiano do refeitório estudantil.

Dessa forma, as problemáticas apresentadas nesta categoria expressam limites na organização institucional e na mediação educativa desse espaço. A superação a esses eixos de investigação requer a incorporação de práticas educativas sistemáticas voltadas à alimentação consciente, ao respeito às normas coletivas e à valorização do trabalho dos profissionais, contribuindo para a consolidação do refeitório como parte integrante do projeto educativo da instituição.

5.3 Tensões entre funções administrativas/técnicas e expectativas educacionais

Essa categoria evidencia, de forma particularmente sensível, os limites estruturais e organizacionais que atravessam o refeitório estudantil do IFCE *Campus* Fortaleza enquanto espaço potencialmente educativo. Partindo da centralidade acerca do contexto dos dados analisados, este estudo permitiu compreender que tais dissonâncias não decorrem da ausência de intencionalidade pedagógica por parte dos profissionais, mas de uma sobreposição de funções que desloca a ação educativa para um plano secundário.

O universo da pesquisa, conforme observado *in loco*, constitui-se como um espaço amplo, climatizado, permanentemente frequentado pelos estudantes nos diferentes turnos e um lócus privilegiado para a promoção de práticas educativas em todas as etapas da presença dos estudantes no ambiente. Contudo, no cotidiano investigado, esse potencial encontra-se fragilizado pela insuficiência de recursos humanos, especialmente pelo número reduzido de nutricionistas responsáveis por um conjunto extenso de atribuições técnicas, administrativas e operacionais.

[...] então, desde a oferta, mas além disso também a gente desenvolve pequenas ações pontuais, não são permanentes e contínuas, como a gente gostaria. A gente tem um quadro reduzido de profissionais no setor, e isso nos limita a dados envolvendo esses tipos de ações educativas de aspecto permanente contínuo, que deveria ter, são necessárias (N1).

A fala da participante N1 explicita que as práticas educativas ocorrem de forma pontual, fragmentada e descontínua, em contraste com o caráter permanente e sistemático que tais práticas exigiriam para produzir efeitos mais consistentes. Esta constatação dialoga com Bastos e Alves (2020), ao apontarem que a promoção de alimentação saudável no ensino integrado requer planejamento institucional, tempo pedagógico e equipes multidisciplinares, sob pena de reduzir-se a intervenções episódicas, desvinculadas de projetos educativos mais amplos.

Diante das evidências observadas, as nutricionistas acumulam atividades relacionadas à elaboração de cardápios, controle de compra, acompanhamento da produção das refeições, fiscalização da distribuição e atendimento direto aos estudantes, além de outras demandas administrativas. Esse acúmulo de funções reforça o que Bezerra e Pinto (2024) identificam como sobrecarga de trabalho no campo da educação, na qual profissionais técnicos passam a operar em regimes de intensificação laboral que limitam sua atuação pedagógica.

Deixa-me contextualizar o refeitório, ele é novo, mas a alimentação escolar no IFCE *Campus* Fortaleza, ela é bem antiga. Então nós não tínhamos isso não o refeitório.

Necessário um espaço adequado para que os alunos pudessem fazer suas refeições. E aí nos deparamos com outro problema, a quantidade de servidores para realizar tudo que precisava ser realizado no refeitório. Então realizar práticas educativas, a gente não consegue exercer hoje, entretanto a gente promove uma alimentação saudável, mas o aluno não é participante desse processo (N2).

Fica evidente que presença cotidiana da nutricionista no refeitório, especialmente nos horários de maior fluxo e atendimento aos estudantes do ensino integrado, nos lanches manhã e tarde como também no almoço, assume um papel pedagógico e relacional relevante. Os depoimentos dos entrevistados revelaram que essa presença é percebida como um fator de cuidado, segurança e legitimidade técnica, conferindo confiança à alimentação ofertada.

Porque eles precisam ter uma alimentação saudável, pela saúde deles também. Então isso é muito interessante, a nutricionista, até porque eles também se sentem protegidos em relação a isso, porque eles estão comendo, porque tem alguém ali para falar, que entende da alimentação. Uma pessoa apropriada (AC3).

[...] a gente vê o cuidado dela desde o momento que ela pega o cardápio, separando, tentando organizar, tentando ver com a direção da escola, ver o que é melhor para o aluno. ...a gente vê o cuidado dela separando as frutas, as verduras, legumes (M7).

A presença do nutricionista no âmbito da educação básica pública constitui uma exigência legal. Conforme estabelece a Lei nº 11.947/2009, a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ocorrer sob a responsabilidade técnica do nutricionista, como também o planejamento, a supervisão e a avaliação das ações relacionadas à alimentação escolar. A resolução FNDE nº 06/2020 afirma que além das atribuições técnicas, também cabe ao nutricionista, o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional junto à comunidade escolar.

No contexto dessa pesquisa, que tem como público-alvo os estudantes do ensino médio integrado, essa exigência legal atende também ao que dispõe na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) ao integrar a educação básica. Assim, a atuação do nutricionista no refeitório estudantil do IFCE - *Campus* Fortaleza, não se restringe à oferta alimentar, mas também às responsabilidades educativas institucionalmente previstas. Vê-se que ao mesmo tempo em que o PNAE atribui ao nutricionista responsabilidades técnicas e educativas no âmbito da educação básica, o PNAES coloca a alimentação como política de apoio à trajetória escolar, intensificando as demandas dirigidas a esse profissional.

A existência de equipamentos, como os televisores instalados no refeitório para veiculação de conteúdos educativos, mas atualmente inoperantes, constitui um indicador adicional dessas limitações operacionais que não se restringe à ausência de infraestrutura física,

mas também diretamente relacionada à falta de condições humanas e organizacionais para a continuidade das práticas educativas.

[...] a gente percebe, o aluno que tem uma preocupação, que tem um conhecimento um pouquinho maior, ele vai estar atento. Por mais que não seja uma prática formal, como a sala de aula ele vai estar atento. Então, oferecendo isso aqui porque é importante para a minha saúde, é importante ter essa alimentação saudável. Ele está aqui almoçando e ele está olhando o que está sendo projetado na TV. Ele vai ler, pode despertar interesse, procurar o nutricionista, tirar alguma dúvida. Então, ela mesma no papel de nutricionista do setor, ela pode, de forma indireta, também induzindo a educação, a alimentação saudável (N3).

Dessa forma, essa terceira categoria empírica revela que os dilemas entre funções administrativas/técnicas e expectativas educacionais não são resultados de negligência profissional, mas expressão de limites estruturais da instituição. Superá-las implica reconhecer o refeitório não apenas como espaço de oferta alimentar, mas também como parte integrante do projeto pedagógico da Educação Profissional e Tecnológica (Sandes; Silva, 2022). Isso requer investimentos em recursos humanos, redefinição de prioridades institucionais e a incorporação sistemática de ações educativas em alimentação e nutrição alinhadas às concepções de educação integral.

5.4 Percepções sobre alimentação e bem-estar dos estudantes

Esta categoria evidencia que a alimentação escolar ofertada no Refeitório Estudantil do IFCE - *Campus* Fortaleza extrapola sua função meramente nutricional, constituindo-se como política estruturante de permanência, inclusão e bem-estar estudantil. Essa centralidade torna-se mais evidente no contexto de uma instituição que articula o ensino médio integrado à educação superior, cujas rotinas acadêmicas são marcadas por jornadas prolongadas, desigualdades socioeconômicas e trajetórias juvenis atravessadas por vulnerabilidades múltiplas.

Os depoimentos dos participantes da pesquisa revelaram que a alimentação escolar, assume papel central no êxito e permanência dos estudantes, funcionando como condição material para a continuidade dos estudos. Esse protagonismo da alimentação aparece de forma explícita na fala de N1, ao destacar que a ausência de acesso regular aos alimentos impacta diretamente o desempenho escolar, especialmente na adolescência, fase caracterizada por processos de autonomia, escolhas e maior vulnerabilidade social.

[...] vários artigos científicos, eles mostram e trazem o impacto no desenvolvimento escolar quando o aluno não tem acesso a uma boa alimentação ou não tem acesso à alimentação. Ela impacta diretamente no desempenho escolar, na permanência desse aluno, no êxito desse aluno ao longo do tempo que ele passa na instituição. E mais voltado para a fase da adolescência, que é uma fase bem crítica, onde nossos alunos questionam, eles estão naquele momento de escolha, de autonomia, de escolher o que querem consumir (N1).

Essa percepção alinha-se com o Guia Alimentar para a População Brasileira ao afirmar que: “A alimentação adequada e saudável é essencial para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o desempenho escolar” (Brasil, 2014, p. 19).

A vulnerabilidade alimentar é um problema social e estrutural que acomete muitos estudantes na instituição, mas que a oferta da alimentação escolar atua como agente mitigador das desigualdades sociais que atravessam o cotidiano estudantil ao assegurar refeições nos três turnos escolares. Na observação sistemática e nos relatos das entrevistas essa temática se mostrou muito latente dado que muitos estudantes não têm acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para sua sobrevivência, quer por fatores de renda ou acesso a recursos. Isso quer dizer que a insegurança alimentar passa por incertezas de como e quando irá comer em sua próxima refeição, colocando em risco sua saúde e bem-estar.

As falas de N2 explicitam trajetórias marcadas por deslocamentos longos, ausência de refeições matinais em casa e dependência direta da alimentação ofertada no *campus* como primeira ou principal refeição do dia.

[...] e aí a gente sabe que têm muitos alunos que estão em vulnerabilidade alimentar que saem de casa muito cedo, que moram na região metropolitana, mas que estudam no *Campus* Fortaleza, que às vezes não se alimentam de manhã, então a primeira refeição dele vai ser o lanche. Então, a gente entende que o que a gente serve ali, aquele aluno, faz com que às vezes, muitas vezes permaneça no curso, mas além de tudo é nutrir esse aluno e que ele tenha com a alimentação os nutrientes necessários. (N2)

Essa ação dialoga novamente com o Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014), ao promover não apenas o acesso à alimentação, mas também a regularidade, a qualidade nutricional e o respeito às culturas alimentares regionais, aspecto evidenciado na aceitação de preparações tradicionais como o cuscuz, destacado da fala de FT1.

[...] eu acho que ajuda muito porque também tem a questão da fruta, da preocupação de ter uma fruta pra eles comer depois. Aí também tem o dia do cuscuz, do macarrão, são coisas que eles mesmos gostam, eles gostam de comer assim. Tem crianças que passam o dia todo, ali é um alimento para eles, que eles não vão ter dinheiro todo dia para comprar alguma coisa para comer. E tanto que essa alimentação que é o cuscuz, o macarrão, o baião de merenda para eles, que são três horários de merenda, tem muito deles que fala, tia, eu moro aqui porque isso aqui para eles são tudo, a alimentação do

aluno (M1).

Do ponto de vista da organização do cardápio, os dados indicam que as refeições ofertadas são variadas, nutritivas e adequadas à faixa etária dos estudantes, sendo elaboradas pelas nutricionistas, em consonância com as diretrizes nacionais da alimentação escolar. Portanto, as percepções positivas sobre o cardápio, especialmente no que se referem às preparações culturalmente referenciadas, como o baião e o cuscuz, ambos versáteis permitindo várias combinações alimentares, revelam que a aceitação das refeições não se limita ao valor nutricional, mas envolve dimensões simbólicas e culturais ao comer em companhia fortalecendo os vínculos afetivos entre os estudantes, bem como articula pertencimento, memória e bem-estar.

Entretanto, a análise também revela contradições inerentes ao cotidiano do refeitório. A rejeição recorrente ao consumo de frutas, observada tanto na prática quanto nos relatos dos entrevistados, indica limites nas estratégias de educação alimentar atualmente adotadas. As lixeiras repletas de restos de frutas, às vezes, ainda quase inteiras, indicam que, embora o acesso seja garantido, a aceitação não ocorre de forma automática. Esse dado empírico reforça a necessidade de práticas educativas intencionais, contínuas e contextualizadas, conforme defendem Bastos e Alves (2020), Santos *et al.* (2021) e Rosa (2022), especialmente quando se considera o refeitório como espaço pedagógico não formal.

Sob uma perspectiva freiriana, o refeitório pode ser compreendido como um espaço privilegiado de diálogo, problematização e construção coletiva de saberes. Para Paulo Freire (1996), práticas educativas emancipatórias exigem a superação de ações prescritivas, valorizando a escuta, a experiência concreta e a realidade dos sujeitos. Assim, as ações educativas sobre alimentação saudável, consumo de frutas e escolhas alimentares precisam partir das vivências juvenis, respeitando seus gostos, resistências e contextos sociais.

A existência da opção vegana no almoço constitui outro elemento relevante desta categoria. A inclusão desse cardápio evidencia esforços institucionais voltados à diversidade alimentar e ao atendimento de estudantes com restrições alimentares ou escolhas específicas, ampliando o acesso seguro e equitativo às refeições. Essa iniciativa corrobora com os princípios da inclusão e da permanência escolar previstos nas políticas educacionais e de assistência estudantil (Brasil, 1988; 2010).

No plano operacional, contudo, emergem fragilidades que impactam tanto o bem-estar dos estudantes quanto às condições de trabalho dos profissionais. Problemas recorrentes na reposição de alimentos no almoço, dificuldades nas trocas de cubas, pesadas e quentes e a

circulação intensa de estudantes no espaço de distribuição das refeições configuram situação de risco e desgaste físico. De modo semelhante, na logística dos lanches, as preparações acontecem em espaço distinto do refeitório, no caso ao lado da Coordenadoria de Alimentação Escolar. Essa desintegração entre os espaços de preparação e distribuição dos lanches impõe desafios adicionais, exigindo deslocamentos constantes e cuidados com a segurança alimentar.

Outro aspecto observado refere-se à divulgação do cardápio. Embora este seja fixado semanalmente nas laterais do refeitório, bem como a existência do aplicativo Menutec, desenvolvido por uma equipe de estudantes do *Campus*, tais estratégias mostraram-se insuficientes para atender à curiosidade e expectativas dos estudantes, que buscam ver, sentir o cheiro e reconhecer a textura dos alimentos antes do consumo. Essa dimensão sensorial da alimentação aponta para possibilidades educativas ainda não sistematizadas, conforme discutido por Paulino (2022) ao analisar o ambiente de refeição como espaço de interação e aprendizagem.

As propostas de práticas e ações apresentadas pelos entrevistados reforçam essa lacuna. As falas, especialmente de N1, indicam a necessidade de projetos integrados entre docentes e técnicos administrativos, capazes de articular saberes pedagógicos e técnicos em ações educativas no refeitório e na sala de aula. Essa proposição corrobora com Sandes e Silva (2022), ao defenderem práticas educativas integradoras no Ensino Médio Integrado como condição para a formação humana integral.

[...] então, além da oferta e de garantir o acesso à alimentação 100% saudável, também tem as atividades educativas, que são fundamentais e essenciais, que eu acho que tem que ter sim, seria interessante se houvesse um projeto de integração como s docentes, juntamente com os profissionais técnicos administrativos de nutrição para que houvesse essa parceria, para que a gente desenvolve algumas ações em conjunto, para levar o nutricionista para dentro da sala de aula, assim como levar o professor para dentro da nossa realidade e fazer essa troca de conhecimentos, experiências, desenvolvendo ações conjuntas, tanto coletivas mas também individuais ou em grupos, desenvolvendo campanhas (N1).

Dessa forma, a quarta categoria evidencia que o refeitório estudantil do IFCE - *Campus* Fortaleza se configura como um espaço estratégico de práticas educativas, cuidado institucional e apoio à permanência, colaborando para a redução dos índices de evasão escolar. As percepções dos participantes desse estudo indicam que a oferta regular das refeições, associada à diversidade do cardápio e às iniciativas de inclusão alimentar contribui para a segurança alimentar e trajetória escolar dos estudantes. Ao articular alimentação, bem-estar e educação, a instituição reafirma seu compromisso com a formação integral, socialmente referenciada e sensível às condições reais de vida de seus estudantes.

Portanto, as observações sistemáticas registradas nos diários de campo possibilitaram ampliar a compreensão sobre o cotidiano do refeitório estudantil e sobre as relações que se estabelecem nesse espaço. A presença da pesquisadora no campo possibilitou apreender, para além dos aspectos formalmente instituídos, os sentidos e as práticas que se constroem nas experiências cotidianas da alimentação escolar. Essa aproximação com a realidade investigada evidenciou que o ato de alimentar-se no contexto escolar, envolve dimensões que ultrapassam a oferta e o consumo de refeições, alcançando aspectos educativos, sociais e culturais que participam da formação dos estudantes.

Nessa perspectiva, o refeitório estudantil pode ser reconhecido como um espaço educativo que reúne condições para ampliar as possibilidades de aprendizagem e de promoção da alimentação saudável no cotidiano institucional. A experiência vivenciada no campo e a análise articulada dos dados produzidos permitiram perceber que esse processo se fortalece quando considera as experiências concretas da comunidade escolar e os saberes construídos na convivência cotidiana. Os achados desta investigação apontam, assim, para a importância de ampliar o olhar sobre o refeitório, reconhecendo seu potencial para a construção compartilhada de conhecimentos, valores e práticas relacionados à alimentação, à convivência e ao cuidado consigo, com o outro e com o ambiente. Essa compreensão reafirma o refeitório como espaço pedagógico e fundamenta as reflexões que encerram esta pesquisa.

6. PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional, enquanto recurso pedagógico, pode vir a contribuir de maneira valiosa no enfrentamento aos desafios contemporâneos, dos diversos espaços escolares, ao promover instrumentos e estratégias que podem vir a impactar positivamente na realidade escolar.

De acordo com Freitas (2021) o produto educacional, para além do objeto materializado, seja impresso ou digital, inclui signos e símbolos importantes para a transformação da realidade que se ajustam ao contexto investigado durante o processo de formação acadêmica. Nessa perspectiva, o produto educacional desenvolvido nesta pesquisa emerge como desdobramento das análises produzidas no estudo de caso realizado no Refeitório Estudantil do IFCE *campus* Fortaleza, assumindo caráter interventivo e educativo.

Caracterizamos o recurso educacional deste estudo como Cards Educativos, que objetiva servir de material educativo destinado inicialmente à Coordenadoria de Alimentação Escolar, responsável pela mediação entre os estudantes e demais membros da comunidade acadêmica, bem como para posterior divulgação nos canais institucionais de comunicação. O material elaborado contém informações acessíveis e lúdicas que promovem a reflexão ativa sobre os hábitos alimentares saudáveis e as práticas comportamentais no Refeitório Estudantil.

Ressalta-se que os cards foram concebidos a partir de demandas apresentadas pelos próprios funcionários do refeitório, emergindo como uma estratégia voltada à promoção de práticas e hábitos saudáveis, não apenas no âmbito alimentar, mas também comportamental, contribuindo para o aprimoramento do funcionamento desse ambiente educacional.

Os cards educativos abordam temáticas relacionadas à convivência coletiva, aos hábitos alimentares saudáveis, ao consumo consciente, ao respeito às normas institucionais e à valorização do trabalho dos profissionais que atuam no Refeitório Estudantil. O material reconhece esse *lócus* como espaço educativo não formal, no qual se constroem aprendizagens sociais, éticas e cidadãs.

A finalidade do produto educacional é fortalecer o Refeitório Estudantil como espaço de práticas educativas, contribuindo para a construção de comportamentos mais conscientes, colaborativos e responsáveis no cotidiano institucional. Busca-se promover reflexões sobre alimentação, convivência e cuidado coletivo, reconhecendo a alimentação escolar como dimensão constitutiva do bem-estar e permanência estudantil. Além do que, objetiva-se ainda apoiar as ações da assistência estudantil ao reforçar a alimentação como política pública,

alinhada às diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (BRASIL, 2010), especialmente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

A aplicação desse recurso educacional justifica-se pela concepção de formação humana integral dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica. Conforme Saviani (2007), a educação deve articular trabalho, ética e formação social, compreendendo os diferentes espaços institucionais como lugares formativos.

No contexto da EPT, os diferentes espaços institucionais que compõem o cotidiano escolar como pátios, bibliotecas e refeitórios, podem ser compreendidos como espaços educativos nos quais desenvolvem aprendizagens que extrapolam o currículo formal. No caso específico do Refeitório Estudantil, trata-se de um ambiente de convivência cotidiana com potencial significativo no qual emergem práticas sociais que expressam valores, hábitos alimentares e formas de interação entre os estudantes e trabalhadores da instituição.

Destaca-se que a elaboração dos cards educativos não está dissociada do processo de desenvolvimento da pesquisa, mas que se constituiu como um sustentáculo desta trajetória pedagógico-investigativa, sendo desenvolvidos em quatro fases: Preparação, Produção, Validação, Divulgação.

A fase de preparação consistiu na sistematização das bases teórico-científicas, em interlocução com a pesquisa de campo. A observação sistemática, assim como os relatos dos participantes, foram fundamentais para a identificação de temáticas emergentes, as quais subsidiaram a elaboração dos cards educativos.

A fase de produção refere-se à materialização dos cards educativos. São 16 cards com temáticas organizadas em mensagens educativas que buscam estimular atitudes de respeito, cuidado coletivo e consciência alimentar entre os estudantes (Apêndice C).

Os textos temáticos principais são apresentados a seguir:

1. O Refeitório é espaço de convivência – Bora fazer dele um lugar massa?
2. Fila com respeito: a refeição fica melhor quando todo mundo colabora!
3. Refeição é momento de pausa: menos celular, mais atenção à sua alimentação.
4. Convivência respeitosa: trate a equipe do refeitório como parte da sua jornada no IFCE.
5. Seu prato conta histórias: você faz parte desse espaço!
6. O Refeitório é de todos – vamos manter limpo?
7. Organização também alimenta o coletivo: cada atitude ajuda o refeitório a funcionar melhor".
8. Sabia que o refeitório apoia sua permanência no IFCE?
9. Diversidade no prato, respeito à diversidade na mesa!

10. Refeitório não é só comida: é lugar de vínculo, histórias e encontros!
11. Colabora com a equipe: pequenas atitudes melhoram o atendimento.
12. Sustentabilidade começa no prato: menos sobra, mais consciência.
13. O refeitório é espaço de todos: evite palmas e gritos. Menos barulho, mais inclusão.
14. O refeitório é um espaço coletivo. Quebrar bancos e retirar parafusos prejudica todo mundo.
15. Menos desperdício, mais planeta! Seu prato muda o mundo!
16. Sempre como uma fruta. Comida de verdade faz bem!

A fase de validação do produto educacional contou com a participação de servidores e terceirizados, participantes da pesquisa, que avaliaram o produto através de um instrumento de avaliação baseado no Índice de Validação de Conteúdo (IVC), respeitando o número mínimo de seis e máximo de vinte participantes, conforme descrito por Pasquali (2010). Este índice se utiliza de uma escala, tipo Likert composta por quatro pontuações: 1 - discordo, 2 - indiferente, 3 - concordo parcialmente e 4 - concordo totalmente, referentes aos conteúdos e a aparência dos cards educativos (Apêndice D).

O Índice de Validação de Conteúdo (IVC) foi calculado a partir da proporção de respostas com concordância (valores 3 e 4) em relação ao total de respostas para cada item avaliado, considerando-se como válido o percentual de concordância (soma das respostas “3” e “4”) igual ou superior a 80%.

Participaram do estudo, conforme previamente descrito, 18 funcionários do Refeitório Estudantil. Contudo, na etapa de validação, contou-se com a participação de 13 colaboradores, sendo quatro servidoras, sete terceirizados e dois estagiários. Os demais não participaram dessa fase por não se encontrarem mais lotados no refeitório no período de realização da validação.

Conforme propõe Pasquali (2010), a avaliação de conteúdo deve ser conduzida por avaliadores que possuam conhecimento sobre o construto avaliado e familiaridade com o contexto de uso do instrumento. Nesse sentido, a escolha dos participantes da pesquisa como avaliadores desta validação se fundamenta na inserção direta no contexto da aplicação do produto educacional. Esses participantes da pesquisa possuem conhecimento técnico e experiência prática sobre o funcionamento do refeitório, bem como sobre as demandas relacionadas à alimentação e à convivência nesse espaço. Portanto, a contribuição foi essencial para avaliar a pertinência, a viabilidade e a adequação do material desenvolvido.

O instrumento de validação foi constituído por 17 questões (Apêndice D) dividido em três dimensões: 1. Avaliação do conteúdo; 2. Avaliação da aparência (design e apresentação) e 3. Avaliação global.

Os resultados estão sistematizados na Tabela 2, evidenciando concordância unânime entre os avaliadores em todas as questões avaliadas, com percentual de validação de 100% em cada item.

Tabela 2 - Valores discriminativos das pontuações e percentuais obtidos na validação do produto educacional

Dimensões do produto	Questões	(1) Discordo	(2) Indiferente	(3) Concordo parcialmente	(4) Concordo totalmente	Percentual de validação (%)
Avaliação do conteúdo	Q1	-	-	1	12	100
	Q2	-	-	-	13	100
	Q3	-	-	-	13	100
	Q4	-	-	1	12	100
	Q5	-	-	1	12	100
	Q6	-	-	2	11	100
	Q7	-	-	1	12	100
	Q8	-	-	5	8	100
Avaliação da aparência (design e apresentação)	Q9	-	-	2	11	100
	Q10	-	-	2	11	100
	Q11	-	-	-	13	100
	Q12	-	-	1	12	100
	Q13	-	-	3	10	100
	Q14	-	-	-	13	100
	Q15	-	-	2	11	100
Avaliação global	Q16	-	-	2	11	100
	Q17	-	-	1	12	100

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A análise dos resultados desta validação evidenciou que, no que se refere à dimensão do conteúdo, a adequação científica das informações e à pertinência das temáticas no contexto do refeitório (questões 2 e 3), foram plenamente aceitas pelos participantes. Entretanto, observou-se que cinco respondentes assinalaram a opção “concordo parcialmente” na questão 8, a qual questiona se as informações apresentadas são suficientes. É possível que a síntese

textual, associada ao uso de imagens com poucas informações verbais, tenha contribuído para essa percepção de insuficiência por parte de alguns participantes.

Esse achado evidencia uma limitação inerente ao formato dos cards, caracterizado pela síntese de informações em uma única representação visual, com reduzido volume textual. Tal característica pode contrastar com a demanda do setor por uma quantidade mais ampla de informações aos seus usuários, indicando a necessidade de estratégias complementares que conciliem concisão e abrangência informacional.

No que concerne à dimensão aparência, aspectos como o tamanho das fontes, a legibilidade e a adequação dos cards ao ambiente do refeitório foram plenamente aceitos (questões 11 e 14). Por outro lado, a organização das informações de forma clara e bem estruturada (questão 13) destacou-se entre os itens com maior incidência de respostas “concordo parcialmente”. Tal resultado converge com o observado na questão 8 da dimensão do conteúdo, reforçando a necessidade de se adotar estratégias complementares que equilibrem a síntese das informações com a necessária amplitude de conteúdo a ser comunicado.

A análise integrada dos dados evidencia que o produto educacional foi reconhecido como aplicável e relevante pelos participantes, validando sua utilização no refeitório estudantil como estratégia educativa. Portanto, os resultados demonstraram que os cards educativos são adequados ao contexto do IFCE Campus Fortaleza, apresentando potencial para atuar como recurso pedagógico.

Compreende-se também que à luz de Pasquali (2010), a validação constitui um processo contínuo, o que implica reconhecer que o produto educacional permanece aberto a aperfeiçoamentos futuros, especialmente a partir de sua aplicação com os estudantes.

Diante do exposto, o material contribui para a ampliação das práticas educativas na Educação Profissional e Tecnológica, ao reconhecer o refeitório estudantil como espaço formativo e potencializador de aprendizagens sociais e cidadãs.

A fase de divulgação prevê a disponibilização do produto educacional em diferentes meios institucionais, incluindo repositórios acadêmicos e plataformas educacionais. Além da publicação na plataforma Educapes e na plataforma integra (integra.ifs.edu.br), iremos propor que o material seja publicado nos espaços digitais do IFCE para amplo e fácil acesso de toda a comunidade acadêmica, bem como no próprio refeitório, no formato de cartazes, físicos ou digitais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como propósito analisar o potencial do Refeitório Estudantil do IFCE *campus* Fortaleza como espaço educativo não formal para a promoção de hábitos alimentares saudáveis entre os estudantes do ensino médio integrado, articulando à elaboração de um produto educacional voltado à socialização de práticas formativas nesse contexto.

Retomando a questão norteadora deste estudo, investigamos as potencialidades e limites do Refeitório Estudantil como espaço educativo na promoção de hábitos alimentares saudáveis entre estudantes do ensino médio integrado. Os resultados evidenciaram que tal potencial existe de forma concreta, porém ainda se manifesta de forma difusa, fragmentada e não sistematizada. Tais práticas não se restringem a ações planejadas institucionalmente, mas emergem também das interações sociais, das normas implícitas e explícitas e das dinâmicas cotidianas vivenciadas neste ambiente.

Neste sentido, pode-se afirmar que os objetivos propostos foram alcançados, na medida em que foi possível compreender o refeitório como espaço de convivência social, identificar as tensões e conflitos como demandas educativas, analisar as percepções dos profissionais atuantes no ambiente e examinar os significados atribuídos à alimentação no contexto institucional.

Ao longo da análise empírica dos capítulos, o presente estudo permitiu evidenciar que o refeitório estudantil ultrapassa a sua função estritamente funcional, configurando-se como um espaço multifacetado, no qual se entrelaçam dimensões pedagógicas, sociais e institucionais. Ao discutir as políticas públicas de assistência estudantil e alimentação escolar, constatou-se que o direito à alimentação articulado à educação constitui um elemento estruturante para a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes, sobretudo em contextos marcados por vulnerabilidades socioeconômicas.

Ainda na fundamentação teórica, ao abordar as práticas educativas em alimentação nas escolas, evidenciou-se que a formação de hábitos saudáveis não se restringe à oferta de alimentos adequados tão somente, mas demanda processos contínuos de mediação pedagógica, sensíveis à experiência, preferências e contextos socioculturais dos estudantes. Essa compreensão mostrou-se fundamental para a interpretação dos dados da pesquisa, ao revelar que a simples disponibilidade de uma alimentação equilibrada não garante, por si só, a adesão de práticas alimentares saudáveis.

A análise metodológica adotada neste estudo, fundamentada na abordagem qualitativa, mostrou-se adequada ao objeto investigado, permitindo apreender a complexidade das relações

estabelecidas no cotidiano do refeitório. Ademais, a utilização da análise de conteúdo possibilitou identificar dimensões explícitas e latentes das práticas observadas, conferindo densidade interpretativa aos achados desta pesquisa.

No que se refere aos resultados e discussões, as categorias analíticas construídas demonstraram, de forma consistente, o potencial do Refeitório Estudantil como espaço educativo não formal, no qual se produzem aprendizagens relacionadas à convivência, à cidadania, ao uso de recursos coletivos e à construção de hábitos alimentares. Ao mesmo tempo, revelaram que conflitos, indisciplinas e práticas como desperdício, repetição excessiva e uso inadequado do ambiente não devem ser compreendidos apenas como desvios comportamentais, mas como expressão de demandas educativas ainda não plenamente atendidas pela instituição.

Outra dimensão fundamental ressaltada diz respeito às tensões entre as funções técnicas/administrativas e as expectativas educacionais atribuídas ao refeitório. Os dados demonstraram que, embora haja reconhecimento do valor formativo desse espaço, as condições institucionais, especialmente a limitação de recursos humanos e a sobrecarga de trabalho dos profissionais, dificultam a implementação de práticas educativas sistemáticas e contínuas. Esse cenário não indica ausência de compromisso e responsabilidade dos profissionais, mas aponta limites estruturais que precisam ser solucionados no âmbito da gestão institucional.

No que tange às percepções sobre alimentação e bem-estar dos estudantes, a pesquisa evidenciou que o refeitório desempenha um papel fundamental na permanência estudantil, funcionando em muitos casos, como garantia de segurança alimentar para os discentes. Paralelamente, emergem contradições importantes, como a rejeição a determinados alimentos, especialmente frutas, e a influência de práticas externas, como o consumo de produtos ultraprocessados, que conflitam com os objetivos das políticas públicas de alimentação escolar.

Nesse contexto, a elaboração dos cards educativos constitui uma resposta concreta às deficiências apontadas, ao propor uma estratégia acessível, comunicativa e potencialmente eficaz para a promoção de práticas educativas no refeitório. Conquanto não exaure as possibilidades de intervenção, o produto representa um avanço no sentido de integrar comunicação, educação, sensibilização e cotidiano escolar.

Por se tratar de um estudo de caso, a análise privilegia a compreensão aprofundada do fenômeno em sua realidade, o que não permite generalizações amplas para outros contextos institucionais. Reconhece-se que a recente implantação do refeitório implica um contexto ainda em consolidação, o que pode influenciar a estabilidade e a maturidade das práticas observadas. Contudo, tais elementos não fragilizam os resultados obtidos, mas indicam possibilidades de desdobramentos e continuidade da investigação.

Diante disso, sugere-se para estudos futuros a ampliação da pesquisa para outros *campi* do IFCE, possibilitando análises comparativas, a inclusão mais sistemática das perspectivas dos estudantes, a investigação dos impactos de intervenções educativas no refeitório a longo prazo e o desenvolvimento de propostas integradas entre docentes e equipe técnica da Coordenadoria de Alimentação Escolar, fortalecendo a articulação entre currículo e práticas educativas em espaços não formais.

Desta forma, esta pesquisa oferece contribuições significativas para o campo da Educação Profissional e Tecnológica ao evidenciar o refeitório estudantil como espaço legítimo de formação humana integral. Ao deslocar o olhar para além da sala de aula, esta pesquisa reafirma a necessidade de reconhecer e valorizar os múltiplos espaços educativos presentes na instituição escolar, especialmente àqueles vinculados às políticas de assistência estudantil.

Nesse sentido, considera-se pertinente a construção de uma agenda permanente de ações de Educação Alimentar e Nutricional e de Educação em Saúde, desenvolvida de forma integrada entre a Coordenadoria de Alimentação Escolar, a Coordenadoria de Assistência Estudantil, o setor pedagógico e demais segmentos da comunidade escolar. Essas ações podem contemplar atividades educativas no próprio refeitório, campanhas de sensibilização, rodas de conversa, oficinas e estratégias de participação estudantil, de modo a favorecer a construção coletiva de conhecimentos, atitudes e práticas relacionadas à alimentação saudável, à convivência e ao cuidado com o espaço coletivo. Recomenda-se, ainda, a socialização dos resultados desta pesquisa junto à comunidade escolar e aos setores institucionais envolvidos com a alimentação estudantil, como forma de devolutiva àqueles que contribuíram para a realização do estudo e como oportunidade de reflexão coletiva sobre os desafios e as potencialidades identificados.

Por fim, espera-se que os resultados aqui apresentados possam subsidiar práticas institucionais mais integradas, sensíveis e comprometidas com a formação crítica e cidadã dos estudantes.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em educação. *Revista da FAAEBA: Educação e Contemporaneidade*, p. 95-103, 2013.
- ARAÚJO, M. P. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BEZERRA, R. S.; PINTO, N. V. Saúde do trabalhador em educação: uma análise contextual do programa qualidade de vida do Instituto Federal do Ceará. CONEDU - Educação profissional e tecnológica (Vol.3). Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/119461>>. Acesso em: 08 de fev. de 2025.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988.
- BASTOS, S. H. V.; ALVES, G. S. Práticas educativas e a promoção da alimentação saudável: experiências no ensino integrado no IFPB. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 2, n. 19, p. e10306, 2020. DOI: 10.15628/rbept.2020.10306. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/10306>.
- BRASIL. Decreto-lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996
- BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: Acesso em: 08 de fev. de 2025.
- BINI, F. G. P.; BARBA, C. H. H.; COSTA, S. S. Educação ambiental na alimentação escolar: práticas educativas sustentáveis com estudantes do ensino médio do IFRO, campus Cacoal, RO. *Cadernos de pesquisa: pensamento educacional (Curitiba. Online)*. V. 19, n. 51, p. 149-168, 2024.

CASTRO, C., PLÁCIDO, R. L., MEDEIROS, I. Educação Tecnológica no Brasil: A Geopolítica e a Geografia Política do processo histórico. *Metodologias e Aprendizado*, v. 6, s/n., p. 516-533, 2023.

CIRINO, C. A. P.; SIQUEIRA, C. S. R.; CAMARGO, E.; CARDOSO, J. F. O A.; SUQUERE, L. M. S.; RAMOS, R. S. S. Educação infantil e suas práticas educativas: a importância da alimentação saudável e consciente. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 8, n. 1, p. 241-251, 2022.

COSTA, L. P.; MELO, L. G. N. S.; DANTAS, R. F.; BEZERRA, M. S. A escola como locus privilegiado para ações de educação alimentar e nutricional: um relato de experiências com pré-escolares. *Revista Brasileira de Educação e Saúde*. v. 9, n. 2, p. 60-66, 2019.

COSTA, E. Q.; RIBEIRO, V. M. B.; RIBEIRO, E. C. O. Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. *Revista de Nutrição*, v. 14, n. 3, p. 225-229, 2001.

DUMARESQ, Z. M. R. M. Análise da Política de assistência estudantil no âmbito Instituto Federal do Ceará – Campus de Fortaleza – sob o olhar dos discentes – 2014. 119f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza (CE), 2014

EGRE, P.; AMORIM, M. L. O percurso da educação profissional no Brasil e a criação dos institutos federais neste contexto. 15º Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia, Anais..., 2016.

FONAPRACE. Plano Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/plano-nacional-de-assist3aancia-estudantil-da-andifes3.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

FONSECA, C. S. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986.

FREITAS, R. C. O. produtos educacionais na área de ensino da Capes: o que há além da forma?. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, v. 5, p. 5-20, 2021.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. SP: Atlas, 1991.

Guia alimentar para a população brasileira / ministério da saúde, secretaria de atenção à saúde, departamento de atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: ministério da saúde, 2014.

IFCE. Homepage, 2025. Disponível em: < <https://ifce.edu.br/fortaleza>>. Acesso em: 08 de fev. de 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE). Resolução nº 115, de 23 de novembro de 2018. Aprova as diretrizes indutoras para a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio no âmbito do IFCE. Fortaleza: IFCE, 2018. Disponível em: [URL do documento]. Acesso em: 22 jul. 2026.

KOWALSKI, A. V. Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia dos direitos. 2012. 180 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. *Metodologia do Trabalho Científico*. SP: Atlas, 1992.

MAGALHÃES, Q. V. B.; CAVALCANTE, J. L. P. Educação alimentar e nutricional como intervenção em hábitos alimentares saudáveis no ambiente escolar. *Sanare*. v. 18, n. 1, p. 59-67, 2019.

MOURA, C. O. et al. Percurso metodológico para alcance do grau de saturação na pesquisa qualitativa: teoria fundamentada. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 75, p. e20201379, 2021.

PASQUALI, L. *Instrumentação psicológica: fundamentos e práticas*. Porto Alegre, Brasil: Artmed, 2010.

PAULINO, D. F. M. *Caracterização do ambiente de refeição em contexto escolar: um estudo de caso*. 2022. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado, Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Universidade Nova.

RIBEIRO, J.; SOUZA, F. N.; LOBÃO, C. Saturação da análise na investigação qualitativa: quando parar de recolher dados? *Revista Pesquisa Qualitativa*, v. 6, n. 10, p. 3-7, 2018.

ROMANELLI, O. O. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1996.

ROSA, M. C. C. *Práticas educativas para alimentação saudável nas escolas*. Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas). São Cristóvão, SE: UFS, 2022.

RUIZ, J. A. *Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos*. 4. ed. SP: Atlas, 1996.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12 n. 34, 2007.

SANDES, A. S. D.; SILVA, M. S. Práticas educativas integradoras no ensino médio integrado: em busca de uma formação humana integral na Educação Profissional e Tecnológica. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, v. 6, n. 1, p. 14-24, 2022.

SANTOS, P. S.; SCHEFFER, P. A.; SACCOL, A. L. F. Educação alimentar e nutricional na escola, um relato de experiência. *Disciplinarum Scientia. Série: Ciências da Saúde*, v. 22, n. 1, p. 467-478, 2021.

SEMINOTTI, J. S. O programa nacional de alimentação escolar (PNAE). Campos Neutrais - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais, v. 3, n. 3, p. 110-127, 2022.

SILVA, D. C. A.; FRAZÃO, I. S.; OSÓRIO, M. M.; VASCONCELOS, M. Percepção de adolescentes sobre a prática de alimentação saudável. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 11, p. 3299-3308, 2015.

SUANO, H. A Educação nas Constituições Brasileiras. In: FISCHMAN, R. (Coord). *Escola Brasileira: temas e estudos*. São Paulo: Atlas, 1987.

TRAMONT, G. A. G. Programa nacional de alimentação escolar: gargalos e desafios do Instituto Federal Fluminense – IFF. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, 2018.

TUFFANI, E. Centenário da universidade brasileira: para a história da universidade de Manaus (1909/1910-1926). *Soletras*, v. sup, n. 17, p. 64-80, 2009.

VIANA, E. M. *Alimentação saudável: a importância das práticas educativas no contexto escolar como instrumento de sensibilização*. Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas). João Pessoa: UFPB, 2018.

VIEIRA, A. M. D. P.; SOUSA JÚNIOR, A. A educação profissional no Brasil. *Interações*. s/v, n. 40, p. 152-169, 2016.

YIN, R. K. *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001.

ANEXO A

PUBLICAÇÃO DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA (E-BOOK)



AVALIAÇÃO DO TRABALHO

Prezado(a) **ALINY ALVES MOTA DE SOUSA**, informamos que seu trabalho intitulado "POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE ASSISTÊNCIA E SEGURANÇA ALIMENTAR: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS HISTÓRICAS E INTERSECCIONAIS", foi avaliado e considerado "**ACEITO**" pela Comissão Científica do XI CONEDU.

Caso a comissão tenha deixado algum comentário, ele encontra-se abaixo:

""

Modalidade: E-book

Grupo de Trabalho (GT): GT 20 - Educação Profissional e Tecnológica

Título: POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE ASSISTÊNCIA E SEGURANÇA ALIMENTAR: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS HISTÓRICAS E INTERSECCIONAIS

Autor(es): ALINY ALVES MOTA DE SOUSA e NILSON VIEIRA PINTO

Modo de Apresentação: PRESENCIAL

Atenciosamente,
Comissão Científica



ANEXO B

APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO CEARÁ -
IFCE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Práticas educativas no refeitório estudantil: um estudo de caso no Instituto Federal do Ceará - campus Fortaleza

Pesquisador: ALINY ALVES MOTA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 87408825.8.0000.5589

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.585.259

Apresentação do Projeto:

A educação e a alimentação são consideradas direitos sociais fundamentais, de acordo com a Constituição Federal de 1988. Mais especificamente em seu artigo 205, que definiu "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Além de a educação ser um direito social, a Carta Magna traz, como um dos princípios para o ensino, que este será ministrado em igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Brasil, 1988). Sendo a educação um instrumento emancipatório e fundamental para o exercício da cidadania e outros direitos, a Política de Assistência Estudantil através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituída em 2010, estabeleceu que serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente, estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita, de um salário-mínimo e meio, sem prejuízo dos demais requisitos fixados pelas lfe's (Brasil, 2010). A lei 14.914 de 3 julho

de 2024 institui a nova PNAES que será implementada de forma articulada com o ensino, pesquisa e extensão nas instituições federais de ensino superior e instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. A nova lei visa o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais de graduação e em cursos

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703

Bairro: Jardim América

CEP: 60.410-426

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3401-2332

E-mail: cep@ifce.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO CEARÁ -
IFCE**



Continuação do Parecer: 7.585.259

presenciais de educação profissional técnica de nível médio (Brasil, 2024). Essa política social de garantia de direitos tem como objetivo reduzir as desigualdades sociais e viabilizar a igualdade de oportunidades a todos os estudantes contribuindo no desempenho da trajetória acadêmica. Com a nova aprovação, a PNAES deixa de ser um programa e passa a ser uma política de Estado. A PNAES oferece assistência à moradia estudantil, à alimentação, ao transporte, à saúde, à inclusão digital, à cultura, ao esporte, à creche e ao apoio pedagógico. Outra importante política pública nas instituições escolares é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram suas necessidades nutricionais durante o período letivo (PNAE, 2024). Com o PNAE, os alunos da rede pública de ensino têm a garantia de um alimento de qualidade e acessível a todos. Ademais, as refeições são produzidas com alimentos in natura, privilegiando a compra desses alimentos dos produtores rurais nas proximidades da escola e contribuindo para preservar a cultura culinária de cada região do país. Nesse contexto, o IFCE campus Fortaleza, tem utilizado recursos do PNAES e PNAE para ofertar a alimentação escolar em todos os turnos. Esta política de alimentação escolar tradicionalmente é ofertada sob o formato de merenda escolar nos três turnos de seu funcionamento. Atualmente, ocorre no Refeitório Estudantil recentemente inaugurado, em março de 2023. A Alimentação Escolar no IFCE campus Fortaleza é uma ação que é oferecida aos estudantes há bastante tempo. Visa contribuir com a segurança alimentar, promover condições adequadas de desenvolvimento nutricional e educacional, além de garantir condições mínimas de acesso a uma educação de qualidade. A implantação do refeitório estudantil foi mais um agregador no desenvolvimento dessa política educacional e social, pois antes de sua implantação o cardápio da merenda escolar, por vezes, não favorecia uma alimentação adequada em termos nutricionais. Alguns cardápios utilizavam-se muitos alimentos industrializados e ultraprocessados, tais como biscoitos com gordura saturada e sucos com conservantes e corantes. Hoje a utilização desses alimentos é restrita, sendo utilizados em situações emergenciais. Durante décadas, um dos lanches mais consumidos pelos alunos na merenda escolar e que gerava longas filas era o cachorro-quente, ofertado às sextas-feiras. Durante muito tempo, o cachorro-quente era produzido com salsichas industrializadas estas compostas de proteínas de baixa qualidade, além de aromatizantes, estabilizantes, nitrato e nitrito de sódio que funcionam como conservantes, por sua vez, hoje se utiliza outras proteínas como frango, carne e ovos. Outro

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703

Bairro: Jardim América

CEP: 60.410-426

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3401-2332

E-mail: cep@ifce.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO CEARÁ -
IFCE**



Continuação do Parecer: 7.585.259

elemento que fazia e, de certa forma, ainda faz parte dessa cultura alimentar diz respeito ao consumo de alimentos vendidos na cantina do campus. Funcionando exatamente ao lado do setor de alimentação escolar, vendendo muitos produtos industrializados e ultraprocessados, como sucos, salgados, biscoitos, doces guloseimas. Muitas vezes os alunos deixam de comer o lanche oferecido pelo setor de alimentação escolar, para consumirem esses tipos de alimentos na cantina, sobretudo quando a merenda escolar não atende ao gosto deles, se configurando em hábitos alimentares não saudáveis. Vale ressaltar que os hábitos alimentares saudáveis se estabelecem dentro de um contexto mais amplo nas práticas educativas. Dessa forma, outro problema vivenciado no campus de Fortaleza trata-se da cultura comportamental entre os estudantes que foi se estabelecendo no decorrer dos anos, como descarte de comida não consumida, extravio de utensílios, discussões motivadas por não respeitar o direito consuetudinário da fila, gulodice. Todos esses atos são considerados comportamentos inadequados durante a merenda escolar e que revelam modos e práticas educativas trazidas e mantidas pelo corpo discente que, de alguma forma, reflete os valores e conduta de nossa sociedade. O refeitório estudantil é um ambiente de ensino que vai além de um simples espaço destinado à alimentação. Embora pouco explorado sob esta ótica pedagógica, constitui-se um ambiente propício ao desenvolvimento de práticas educativas que podem impactar em processos de aprendizagem nos mais diversos aspectos. Como ambiente educativo, inserido em uma instituição escolar, o refeitório estudantil pode ser aproveitado para promover a educação alimentar, desenvolvimento social, consciência sustentável, socialização e descanso dos alunos (Paulino, 2022). Dada a sensibilidade do tema e sua mais recente e histórica implantação do Refeitório Estudantil, este estudo traz como questão norteadora: O uso de práticas educativas no Refeitório Estudantil pode estimular a adoção de hábitos alimentares saudáveis nos estudantes do Ensino Integrado do IFCE campus Fortaleza. Como eu trabalho no IFCE campus Fortaleza há 18 anos, sendo nos últimos cinco anos na Diretoria de Extensão, acompanhei todo o processo de implantação do Refeitório Estudantil e a expectativa de que parte dos alunos pudesse almoçar sem geração de ônus adicionais às suas famílias. Esta Diretoria é responsável pela execução da logística de acessos dos alunos ao Refeitório Estudantil por meio do sistema Alimentação Escolar Inteligente (AEI) com a realização do cadastro do aluno, a concessão dos QRcode para acessar o refeitório e toda a parte orçamentária de planejamento para atender os alunos. Dessa forma, investigar as práticas educativas no Refeitório Estudantil e suas consequentes repercussões para uma alimentação saudável é também, avaliar a repercussão desta política institucional, prospectando estratégias

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703

Bairro: Jardim América

CEP: 60.410-426

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3401-2332

E-mail: cep@ifce.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO CEARÁ -
IFCE**



Continuação do Parecer: 7.585.259

educativas que possam colaborar com a formação humana e social destes estudantes, contribuir para o sistema organizacional desta ação institucional e, consequentemente, avaliar a minha intervenção/prática profissional. Quanto à relevância institucional, consideramos que o estudo seja importante para nortear as ações de planejamento da política de alimentação e nutrição. Quanto à relevância científica, consideramos que o estudo poderá contribuir com dados para futuras pesquisas na área, especialmente por se tratar de uma abordagem pouco explorada e inspirar novas propostas pedagógicas que possam extrapolar o ambiente convencional da sala de aula. No que diz respeito à relevância social, consideramos que o estudo promoverá uma importante reflexão sobre os

hábitos alimentares e a comensalidade, o ato de comer em companhia, e suas repercussões na sociabilidade escolar. A partir dos achados desta pesquisa, pretende-se desenvolver como produto educacional vinculado a esta dissertação, uma cartilha pedagógica ilustrada em formato de e-book, que possa servir de material educativo distribuído aos estudantes, contendo informações acessíveis e divertidas que promovam a reflexão ativa sobre os hábitos alimentares saudáveis e as práticas comportamentais no Refeitório Estudantil.

Metodologia Proposta:

A coleta de dados será amparada em inicialmente por uma análise documental concernente ao refeitório estudantil. Isto se baseará sobretudo no processo que deu início ao Refeitório Estudantil em que se apresentam documentos sobre: dimensões do prédio, infraestrutura, quadro de pessoal, processo de aquisição e distribuições das refeições, cardápio e controle de acesso dos alunos. Entretanto, até o presente momento nunca existiu um projeto que envolvesse práticas educativas.

Após a análise documental serão realizadas a observação participante e a entrevista semiestruturada com os servidores do Refeitório Estudantil e terceirizados. A observação participante consiste em uma técnica de conduta (Gil, 1991) em que a pesquisadora observará as atividades e os comportamentos dos participantes investigados, neste contexto, dos alunos do Ensino Médio Integrado que utilizam o Refeitório Estudantil do IFCE campus Fortaleza. Serão observados aspectos relativos a práticas educativas espontâneas, assim como aquelas decorrentes de ações educativas promovidas pelo IFCE. Essas observações serão registradas em um diário de campo.

Em paralelo, os servidores e terceirizados vinculados ao Refeitório Estudantil serão convidados (as) a participar da entrevista semiestruturada que, segundo Lakatos e Marconi (1992),

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703	CEP: 60.410-426
Bairro: Jardim América	
UF: CE Município: FORTALEZA	
Telefone: (85)3401-2332	E-mail: cep@ifce.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO CEARÁ -
IFCE**



Continuação do Parecer: 7.585.259

consiste na condução de um roteiro em que há certa flexibilidade nos questionamentos, sendo informados(as) pela pesquisadora quanto aos objetivos da pesquisa e os procedimentos. Caso aceitem, assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(TCLE), sendo em seguida, marcados os dias e horários para a realização das entrevistas semiestruturadas (Apêndice A). Estas, serão gravadas tendo os seus relatos transcritos e organizados para posterior análise. Com base na análise documental, na observação participante e nas entrevistas com os servidores, serão elaboradas e aplicadas três práticas educativas que possam contribuir na adesão de uma alimentação saudável com vistas à promoção da saúde na escola. Acredita-se que o aparato tecnológico a ser desenvolvido nas práticas educativas estará alicerçado nas manifestações artísticas, como esquetes, paródias e/ou ilustrações animadas. Essas práticas educativas serão realizadas em três sessões com o grupo discente em um espaço reservado.

Após a aplicação das práticas educativas, os discentes serão convidados a participarem das entrevistas semiestruturadas (Apêndice B). Estes discentes deverão inicialmente assinar o termo de assentimento, bem como seus respectivos representantes legais apreciarão e assinarão o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Somente a após as respectivas anuências é que se procederá, de fato, as entrevistas, as quais serão gravadas tendo os seus áudios transcritos e organizados para posterior análise. Esta fase da pesquisa irá compor a análise das práticas educativas elaboradas e aplicadas, consolidando ou não estas propostas pedagógicas e possibilitando a confecção do produto educacional desta dissertação, que será uma cartilha pedagógica a qual trará em detalhes as práticas educativas elaboradas e aplicadas, bem como novas sugestões que possam compor o acervo educativo neste ambiente escolar.

Critério de Inclusão:

Servidores/terceirizados: serão convidados a participar deste estudo todos os servidores e terceirizados que estiverem trabalhando diretamente em pelo menos uma das fases de distribuição e logística da alimentação escolar há pelo menos seis meses.

Discentes: Serão incluídos no estudo os discentes do quarto período dos seis cursos de ensino médio integrado, que tenham renovado suas matrículas por pelo menos dois semestres consecutivos e que façam o uso do refeitório há pelo menos um ano sendo que neste período realizem dois almoços por semana.

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703

Bairro: Jardim América

CEP: 60.410-426

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3401-2332

E-mail: cep@ifce.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO CEARÁ -
IFCE**



Continuação do Parecer: 7.585.259

Critério de Exclusão:

Servidores/terceirizados: sendo excluídos aqueles que por algum motivo tenham tido uma interrupção laboral por mais de dois meses Refeitório Estudantil.

Discentes: Serão excluídos, aqueles participantes que tenham algum tipo transtorno mental que comprometa a sua capacidade de julgamento e comunicação, bem como aqueles tenham alguma restrição alimentar.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Implementar práticas educativas no Refeitório Estudantil do IFCE campus Fortaleza que possam estimular hábitos alimentares saudáveis nos estudantes do Ensino Médio Integrado.

Objetivo Secundário:

- Analisar os documentos institucionais relacionados ao Refeitório Estudantil do IFCE campus Fortaleza;
- Observar o comportamento dos alunos do Ensino Médio Integrado no Refeitório Estudantil do IFCE campus Fortaleza;
- Elaborar, aplicar e avaliar estratégias educativas que estimulem hábitos alimentares saudáveis neste ambiente escolar;
- Desenvolver uma cartilha pedagógica como produto educacional que possa ser utilizada nos ambientes de refeição escolar.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Este estudo apresenta um risco mínimo aos participantes, podendo ser caracterizado por algum desconforto emocional, constrangimento, estresse ou cansaço devido a aplicação das entrevistas. Caso ocorra, para minimizar os riscos será garantido aos participantes o anonimato, o sigilo em relação às suas respostas, as quais serão tidas como confidenciais e utilizadas apenas para fins científicos e a liberdade de desistir ou recusar a sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma por parte da pesquisadora.

Benefícios:

Espera-se que a partir das práticas educativas desenvolvidas no Refeitório Estudantil do IFCE

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703

Bairro: Jardim América

CEP: 60.410-426

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3401-2332

E-mail: cep@ifce.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO CEARÁ -
IFCE**



Continuação do Parecer: 7.585.259

campus Fortaleza, a comunidade escolar possa refletir sobre os hábitos alimentares saudáveis e modificar as práticas comportamentais neste ambiente de ensino não-formal, constituindo uma educação em saúde que exercita o respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado; Em adição, que a cartilha, produto educacional desta dissertação, permita novos olhares e trilhas pedagógicas que possam ser aplicadas neste ambiente de ensino.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de qualificação de mestrado, apresentado ao Programa de Pós - graduação em Educação Profissional e Tecnológica ofertada pelo Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Ceará - IFCE na linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentou todos os termos obrigatório:

Informações Básicas do Projeto,

Projeto Detalhado,

Orçamento,

Cronograma,

Declaração de Pesquisadores

TCLE

TALE

Declaração de Instituição e Infraestrutura,

Folha de rosto

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Parecer consubstanciado de aprovação disponível na pasta (ou diretório) - Pareceres -

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703	CEP: 60.410-426
Bairro: Jardim América	
UF: CE Município: FORTALEZA	
Telefone: (85)3401-2332	E-mail: cep@ifce.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO CEARÁ -
IFCE**



Continuação do Parecer: 7.585.259

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2524925.pdf	02/05/2025 08:24:20		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE2.pdf	02/05/2025 08:23:34	NILSON VIEIRA PINTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE1.pdf	02/05/2025 08:23:24	NILSON VIEIRA PINTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	02/05/2025 08:23:13	NILSON VIEIRA PINTO	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	15/04/2025 11:38:37	NILSON VIEIRA PINTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	15/04/2025 11:24:59	NILSON VIEIRA PINTO	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	27/03/2025 09:54:04	ALINY ALVES MOTA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao2.pdf	27/03/2025 09:53:44	ALINY ALVES MOTA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao1.pdf	27/03/2025 09:53:30	ALINY ALVES MOTA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Termo.pdf	27/03/2025 08:45:17	ALINY ALVES MOTA	Aceito
Folha de Rosto	Folha.pdf	26/03/2025 17:40:13	ALINY ALVES MOTA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 21 de Maio de 2025

Assinado por:
Luiz Torres Raposo Neto
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Jorge Dumar, nº 1703
 Bairro: Jardim América CEP: 60.410-426
 UF: CE Município: FORTALEZA
 Telefone: (85)3401-2332 E-mail: cep@ifce.edu.br

APÊNDICE A

ROTEIRO DA OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA (DIÁRIO DE CAMPO)

Objetivo da observação:

Registrar e analisar os comportamentos, atitudes e interações dos alunos do ensino médio integrado no refeitório estudantil para fins de diagnóstico e/ou intervenção educativa.

Data da observação:

Horário(s) observado(s):

Lanche da manhã: [] Almoço: [] Lanche da tarde: []

1. Comportamento na Fila de Espera

Aspecto observado	Sim	Não	Observações
Formam fila de maneira organizada?	[]	[]	
Respeitam a ordem de chegada?	[]	[]	
Há “furadas” de fila ou conflitos?	[]	[]	
Demonstram paciência ou impaciência?	[]	[]	
Mantêm conversas em tom adequado?	[]	[]	
Utilizam celular ou fones de ouvido enquanto esperam?	[]	[]	

2. Higiene Pessoal e Protocolos Sanitários

Aspecto observado	Sim	Não	Observações
Higienizam as mãos antes das refeições?	[]	[]	
Utilizam máscara corretamente (se aplicável)?	[]	[]	
Cumprem orientações da equipe do refeitório?	[]	[]	

3. Comportamento na Escolha e Consumo da Refeição

Aspecto observado	Sim	Não	Observações
Escolhem os alimentos com consciência (evitam desperdício)?	[]	[]	
Rejeitam itens específicos do cardápio? (Quais?)	[]	[]	
Conversam durante a refeição de forma respeitosa?	[]	[]	
Brincam/brincadeiras inapropriadas com comida?	[]	[]	
Terminam a refeição por completo?	[]	[]	
Jogam restos de comida no prato ou na bandeja?	[]	[]	

4. Interação Social

Aspecto observado	Sim	Não	Observações
Sentam-se em grupos fixos de colegas?	[]	[]	
Há exclusão de algum aluno ou grupo?	[]	[]	
O ambiente é cooperativo e amigável?	[]	[]	
Há comportamentos agressivos ou inadequados?	[]	[]	

5. Pós-refeição

Aspecto observado	Sim	Não	Observações
Alunos devolvem bandejas/louças corretamente?	☐	☐	
Descartam resíduos corretamente nas lixeiras?	☐	☐	
Permanecem no espaço após a refeição (conversa, brincadeiras)?	☐	☐	
Respeitam o espaço e o tempo de outros usuários?	☐	☐	

6. Outros Comportamentos Relevantes

- Comportamentos notáveis (positivos ou negativos):
- Ações espontâneas de cooperação, solidariedade, ou respeito:
- Situações de conflito ou necessidade de intervenção:
- Observações sobre ambiente físico que influenciam o comportamento (temperatura, ventilação, ruído, disposição de mesas etc.)

APÊNDICE B

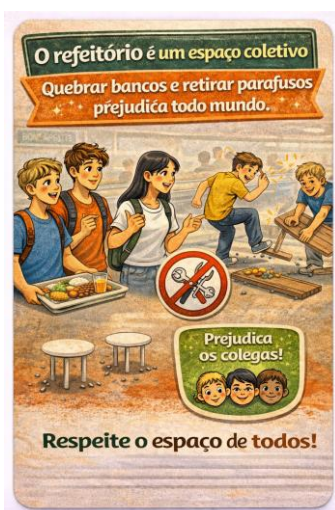
ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Na sua opinião, o Refeitório Estudantil tem colaborado para a promoção de práticas educativas de alimentação saudável?
2. Qual a relação que você vê entre a alimentação escolar e o desenvolvimento educacional das alunas e dos alunos?
3. Quais os principais problemas que você identifica em todo o processo de distribuição da alimentação escolar?
4. Na sua opinião, quais práticas ou ações poderiam contribuir para a adoção de hábitos saudáveis no Refeitório Estudantil?

APÊNDICE C

PRODUTO EDUCACIONAL - CARDS EDUCATIVOS





APÊNDICE D

INSTRUMENTO DE VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Prezado(a) participante,

Este instrumento tem como objetivo avaliar a qualidade de um conjunto de cards educativos elaborados para subsidiar práticas de educação alimentar no contexto do Refeitório Estudantil do IFCE *campus* Fortaleza. Sua colaboração é fundamental para verificar a adequação do material quanto ao conteúdo e à aparência.

Solicita-se que avalie cada afirmativa com base na escala abaixo:

- 1 – Discordo
- 2 – Indiferente
- 3 – Concordo parcialmente
- 4 – Concordo totalmente

Dimensão 1 - Avaliação do Conteúdo					
Item	Critério	1	2	3	4
1	Os conteúdos dos cards são claros e de fácil compreensão				
2	As informações apresentadas são cientificamente adequadas				
3	Os temas abordados são relevantes para o contexto do refeitório				
4	Os cards contribuem para a promoção de hábitos alimentares saudáveis				
5	A linguagem utilizada é apropriada ao público estudantil				
6	Os conteúdos dialogam com situações do cotidiano dos estudantes				
7	Os cards estimulam reflexões sobre alimentação saudável				
8	As informações apresentadas são suficientes (nem excessivas nem insuficientes)				
Dimensão 2 - Avaliação da aparência (design e apresentação)					
9	O layout dos cards é visualmente atrativo				
10	As cores utilizadas são adequadas e agradáveis				
11	O tamanho da fonte facilita a leitura				
12	As imagens são pertinentes ao conteúdo apresentado				
13	A organização das informações é clara e bem estruturada				
14	Os cards são adequados para uso no ambiente do refeitório				

15	O material apresenta boa qualidade visual geral				
Dimensão 3 - Avaliação global					
16	Considero o material adequado para uso no Refeitório Estudantil				
17	Recomendo a utilização dos cards no contexto escolar				

Dimensão 4 – Sugestões e Comentários

Espaço para contribuições qualitativas:
